



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

Ata da noningentésima nonagésima segunda reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, realizada no vigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, na modalidade híbrida, com participação remota via Google Meet e participação presencial na sala de reuniões do Harbor Querência Hotel (R. Treze de Maio, 710 - Região do Lago, Cascavel - PR).

Conselheiras(os) participantes presencialmente: Psic. Cons. Ana Ligia Bragueto (CRP-08/08334); Psic. Cons. Andrey Santos Souza (CRP-08/30587); Psic. Cons. Emerson Luiz Peres (CRP-08/06673); Psic. Cons. Fabiola Regina Ortega (CRP-08/17317); Psic. Cons. Kathia Regina Galdino de Godoy (CRP-08/14630); Psic. Cons. Mario Seto Takeguma Junior (CRP-08/18972); Psic. Cons. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935); Psic. Cons. Paulo Cesar de Oliveira (CRP-08/17066); Psic. Cons. Sara Gladys Toninato (CRP-08/07092); Psic. Cons. Sergio Bezerra Pinto Junior (CRP-08/26037). **Também presentes presencialmente:** Psic. Adriana Tie Maejima (CRP-08/07885 - Comissão Setorial - Oeste); Psic. Ana Paula Martins de Godoi (CRP-08/43644 - Com. Escolar e da Educação - Estadual); Psic. Ananda Maquehue (CRP-08/39983 - Núcleo de Povos Indígenas); Psic. Andressa Pires Martins Santana (CRP-08/16324 - Comissão Gestora - Maringá); Psic. Anna Paula Cuadro (CRP-08/28947 - Inscrição via site); Psic. Bruno Santos Ramos Cerdan (CRP-08/42058 - Comissão Anticapacitista - Estadual); Psic. Camila Gustani Colombo (CRP-08/13023 - Orientadora fiscal); Psic. Caroline Tiemi Itiyama (CRP-08/29255 - Com. Avaliação Psicológica - Estadual); Psic. Celia Mazza de Souza (CRP-08/02052); Psic. Christiane Ferreira (CRP-08/22309 - COE); Psic. Christiano Ribeiro Mira Papi da Silva (CRP-08/44924 - Com. de Riscos, Urgências e Emergências - Estadual); Psic. Claudia Barbosa (CRP-08/05661 - Com. de Orientação para início de carreira - Estadual); Psic. Clara Krüger Looper (CRP-08/41102 - Comissão Assistência Social); Psic. Felipe Montrucchio Ilkiu (CRP-08/22362 - Inscrição via site); Psic. Flávia Daniela de Souza Santos (CRP-08/24401 - Comissão Jurídica - Estadual); Psic. Gabriela de Conto Bett (CRP-08/14529 - Comissão gestora); Psic. Gisele de Fatima Zelenski (CRP-08/12337 - Participante/COE); Guilherme Augusto de Souza (Coordenação Financeira); Psic. Iana Ferreira dos Santos (CRP-08/43246 - Coordenação - Comissões Temáticas); Psic. Julia Gindre Soreano Lopes (CRP-08/32661 - Com. Étnico-racial - Estadual); Psic. Jussara Teresinha Wenn (CRP-08/04561); Psic. Kaio Cesar Pacheco (CRP-08/29517 - Comissão de Estudantes - Londrina); Psic. Ketellyn Isam Yousef (CRP-08/36223 - Comissão de Psicologia Clínica - Estadual); Psic. Larissa Schelbauer (CRP-08/19051 - Com. Assistência Social - Cascavel); Leonardo de Souza Martins (Pessoa acompanhante); Psic. Mable Vitoria Mosconi Andrade (CRP-08/44472 - Comissão de Estudantes - Maringá); Psic. Mariana Cordeiro Portela Franco (CRP-08/41043 - Comissão de Ética); Psic. Marli Nunes dos Santos Alves (CRP-08/39048 - Comissão de Mulheres - Estadual); Marly T. Perrelli (CRP-08/04561); Psic. Matheus Atílio Ramos Sales (CRP-08/36312 - Com. Mobilidade Humana e Trânsito - Estadual); Maurício Cardoso da Silva (CRA-PR/22261 - Gerência Geral); Rafaela Gomes da Silva (Assessoria - Gerência Técnica); Psic. Rosangela Bacron (CRP-08/04941 - Comissão Setorial - Centro-norte); Psic. Samuel Cabanha (CRP-08/13777 - Comissão Gestora - Foz do Iguaçu); Sheyla Maria Tavares Veloso; Psic. Silvana Batista Moreira Lopes (CRP-08/08392 - Comissão de Estudantes - Cascavel); Psic. Silvio Araujo Vailões (CRP-

08/17829); Psic. Simone Cristina Gomes (CRP-08/14224 - Comissão de Psic. na Assistência Social - Maringá); Psic. Suzete Ferreira dos Santos (CRP-08/14505 - Comissão de Psic. e Saúde - Estadual); Psic. Vanelise Masquetti Valério Antoniassi (CRP-08/25684 - Gerência Técnica); Psic. Viviane Arruda Sanches (CRP-08/39630).

Presentes de forma remota: Psic. Altieres Edemar Frei (CRP-08/20211- Assessoria Técnica em Pesquisas); Psic. Ana Paula Amaral (CRP-08/14919); Psic. Andreza Teodoro (CRP-08/22184); Psic. Beti Clarão (CRP-08/33048); Psic. Cristiane Michele dos Santos (CRP-08/25593); Psic. Danieli Gaspari Skowronski (CRP-08/32884); Psic. Fabio Eduardo da Silva (CRP-08/13866); Psic. Fernanda Stresser (CRP-08/20147); Psic. Frank Ribeiro (CRP-08/39324); Psic. Gabriella De Oliveira Frank (CRP-08/35154); Psic. Jaqueline Fieira (CRP-08/15346); Psic. João Eduardo Cordeiro Pereira (CRP-08/30897); Psic. Joice Colere (CRP-08/35705); Psic. Jully Gallo (CRP-08/26058); Psic. Letícia Dubinski (CRP-08/45734); Psic. Loren Mendonça (CRP-08/IS-1010); Psic. Lucca Dias Arieira (CRP-08/44319); Psic. Maria Cristina Lima (CRP-08/32430); Psic. Marisa Holovaty Heil (CRP-08/43462); Psic. Matheus Martins (CRP-08/39987); Psic. Michel Andersson Daversa (CRP-08/25943); Psic. Osaki Anna (CRP-08/28947); Pamella Gabrielle; Psic. Renan Franklin (CRP-08/20070); Psic. José Ricardo Furquim (CRP-08/20878); Psic. Tânia Barbieri (CRP-08/04329). Havendo quórum, às 9h, discussões restritas à participação de Conselheiras(os). A partir das 10h, a Cons. Ana Lúgia dá início à Plenária pública, apresentando-se e dando boas vindas às pessoas participantes, iniciando em regime de votação a aprovação das atas. **1. Aprovação de Atas. 1.1. 987ª de julho de 2025.** Curitiba. Aprovada sem objeções. **1.2. Plenária Orçamentária.** Curitiba. Aprovada sem objeções. **2. Diretoria / Plenário. 2.1. Apresentação plataforma B.I do Planejamento Estratégico.** Apresentação: Maurício. A Conselheira Pamela iniciou a apresentação, contextualizando que, no início da gestão em 2022, foi elaborado um planejamento estratégico para nortear as ações a serem executadas. Contudo, após uma significativa alteração na composição do Plenário e da diretoria, observou-se a necessidade de revisar muitos dos itens originalmente propostos. Para conduzir essa revisão de forma qualificada, foi realizada uma formação interna focada em qualidade de gestão e planejamento estratégico, envolvendo todos os funcionários e lideranças centrais. A Conselheira ressaltou que o objetivo era transformar o planejamento estratégico em um instrumento vivo e dinâmico, que se desdobrasse em metas e objetivos concretos, com acompanhamento contínuo até sua efetiva resolução, evitando que se tornasse um mero documento formal. Para isso, foi contratada uma consultoria especializada, a mesma que implementou processo similar no Conselho Federal de Psicologia, o que evidencia o alto nível e a potência do conhecimento adquirido. Como resultado dessa formação, o planejamento estratégico foi revisado e, crucialmente, foi implementado um sistema de monitoramento das ações por meio de um software de uso livre, sem custos de licenciamento para o Conselho, conhecido pela sigla B.I. (Business Intelligence). A Conselheira explicou que o propósito da apresentação era demonstrar como a capacitação do quadro funcional no uso de novas estratégias de gestão permitiu monitorar o trabalho de forma eficaz. Salientou que a expectativa é que o corpo de funcionários possa dar continuidade a essa metodologia nas próximas gestões, consolidando uma cultura de gestão focada em qualidade, competência e resultados. A apresentação, a ser conduzida pelo gerente Maurício, visava, portanto, não apenas mostrar a ferramenta de acompanhamento, mas também reforçar o compromisso da gestão com a eficiência e a competência de todos os gestores, agradecendo o empenho e a dedicação de toda a equipe em adotar esta nova proposta de trabalho, que representa um novo patamar na gestão da autarquia em níveis estadual e federal. Dando continuidade, o gerente Maurício informou que, a partir do trabalho com a assessoria contratada, o planejamento estratégico foi estruturado em três eixos principais: 1) Desenvolvimento Institucional; 2) Exercício Profissional; e 3) Incidência Política para a Valorização da Profissão e da Justiça Social. Com base nesses eixos, foram definidas 70 ações a

serem desenvolvidas pelas diversas áreas do Conselho, como a Gerência de Pessoas, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), a Comissão de Ética (COE), o setor de Políticas Públicas e as comissões temáticas. Maurício procedeu à demonstração da ferramenta, exibindo um exemplo de plano de ação: um projeto de formação para a equipe técnica. Detalhou os campos que estruturam cada ação, como a categoria (qualificação da equipe), o eixo estratégico (desenvolvimento institucional), o objetivo (promover melhores condições de trabalho e bem-estar), o setor responsável (Gerência de Pessoas), as interfaces (Gerência Geral) e os indicadores de meta distribuídos por trimestres ao longo de 2025. Esclareceu que, embora a tabela de trabalho detalhada seja um instrumento interno, os relatórios gerados pelo sistema podem e devem ser divulgados no Portal da Transparência. Ele aprofundou a explicação, mostrando que para cada uma das 70 ações são preenchidos dados burocráticos essenciais, como o status da ação (em execução, iniciada, etc.), as rubricas orçamentárias correspondentes, o nível de prioridade (alta, média ou baixa), os recursos necessários e o centro de custo, fazendo uma correlação direta com o orçamento do Conselho. Todo esse conjunto de informações alimenta o sistema de B.I., que transforma os dados em um painel de controle visual e gerencial. Neste painel, é possível ter uma visão geral do planejamento, que estima um orçamento total de R\$ 1.020.000,00 para a execução das 70 ações. O sistema apresenta o cronograma, a evolução das metas e permite um acompanhamento preciso do andamento. Maurício, como gerente-geral, explicou que seu papel é acompanhar as áreas para garantir que as ações caminhem, identificando e solucionando possíveis entraves. Apresentando os dados consolidados, informou que no primeiro trimestre foi alcançado um resultado de 115,66% do previsto, o que se deveu à antecipação de algumas ações que puderam ser realizadas antes do prazo. O status geral das 70 ações, no momento da apresentação, era de 78% em execução, 15,71% iniciadas, 4,29% não iniciadas ou em atraso, e 1,43% concluídas. Fez a ressalva importante de que os dados da COE ainda não estavam totalmente atualizados devido ao grande volume de trabalho da comissão e ao afastamento de uma funcionária, mas que seriam finalizados na semana seguinte. Com os dados atualizados até o segundo trimestre, o sistema indicava que a gestão já havia alcançado uma evolução de 63,22% do total das 70 ações propostas para o ano. Ele projetou que, com a inclusão dos dados pendentes da COE, esse percentual aumentaria consideravelmente. Como administrador, Maurício expressou grande satisfação com a ferramenta, por considerá-la um excelente instrumento para traduzir o trabalho administrativo em resultados claros e gráficos para o Plenário e para a categoria, superando a necessidade de relatórios extensos. Ele destacou como um dado relevante o fato de o Conselho Federal de Psicologia ter recebido o prêmio de melhor relatório de gestão entre os 524 Conselhos profissionais do Brasil, no ano anterior, justamente por utilizar essa mesma ferramenta. Maurício finalizou sua fala detalhando a dinâmica de trabalho futuro: a ideia é que as próprias equipes, lideradas por seus coordenadores e gerentes, atualizem o andamento de suas metas no sistema a cada quinzena, apresentando os resultados em reuniões de entrega. A proposta é que o painel seja uma ferramenta viva e descentralizada. Como encaminhamento, o gerente Maurício propôs que o painel do B.I. seja disponibilizado publicamente no site do Conselho, a fim de garantir a máxima transparência das ações propostas e seu desenvolvimento para toda a categoria e a sociedade. Após a apresentação, a Conselheira Pamela respondeu a um questionamento do Conselheiro Paulo sobre o custo da implementação. Ela elucidou que o valor despendido deve ser compreendido como um investimento estratégico para a autarquia, e não apenas para a gestão atual. A prioridade na contratação foi por uma consultoria que, além de transferir conhecimento, oferecesse uma ferramenta de trabalho sem custos recorrentes de licença. Desta forma, considerando a reestruturação que promove na gestão, a facilitação das dinâmicas de trabalho e o acompanhamento de resultados sem gerar dívidas futuras, o investimento não foi

considerado caro, mas sim um ótimo investimento alinhado a uma política pública de gestão de médio e longo prazo, cujos valores específicos estão disponíveis no Portal da Transparência. O Conselheiro Paulo justificou sua pergunta, afirmando que a fez justamente para que a resposta ficasse registrada em ata, sanando uma possível dúvida da categoria. Concordou que se trata de um investimento precioso, não apenas para o Plenário, mas para toda a categoria profissional, que é quem financia o Conselho, e considerou uma excelente aplicação dos recursos. Para encerrar, a Conselheira Pamela retomou a palavra, posicionando esta iniciativa como parte de uma estratégia contínua de aprimoramento da gestão do Sistema Conselhos, que incluiu, em anos anteriores, a implantação de sistemas como o BRC, para integração de informações, e o SEI, para gestão de processos documentais. O B.I. representa, assim, mais um avanço nesse escopo. Ela agradeceu novamente ao Plenário e aos funcionários por apoiarem este passo e expressou a convicção de que, em breve, a categoria profissional terá acesso a informações sistematizadas e de fácil compreensão sobre a utilização dos recursos, em um formato de dados e percentuais diretos, em vez de relatórios extensos. Finalizou expressando o desejo de que a próxima gestão dê continuidade a este trabalho de modernização. **2.2. Correção de ponto nos itens obrigatórios do cadastro nacional de Psicólogas.**

Apresentação: Pamela. A Conselheira Pamela iniciou a pauta, salientando a transição para uma nova gestão e a expectativa de que a Comissão Étnico-Racial (CER), por ser uma comissão permanente, mantenha suas atividades constantes. Ela contextualizou que a discussão se insere no processo de modernização do sistema de Conselhos, que implementou o sistema BRC, o qual exige o preenchimento de itens específicos no cadastro nacional de Psicólogas(os). Um desses itens, de inclusão muito recente, é o campo de autodeclaração de raça/cor, seguindo os critérios do IBGE (parda, amarela, indígena, negra, branca). No entanto, Pamela, falando a partir da coordenação da CER, apontou um problema significativo: a existência de um campo de "não declarar". Foi observado que, no estado do Paraná, este é o campo com o maior percentual de preenchimento. Essa realidade impede que o Conselho tenha um panorama fidedigno da composição racial da categoria, dificultando a organização de informações e a criação de estratégias específicas para convocar e dialogar com profissionais racializados. Diante disso, ela trouxe ao Plenário o questionamento sobre se o Conselho Regional de Psicologia do Paraná deveria se posicionar pela inexistência deste campo, defendendo a obrigatoriedade da autodeclaração por parte de todos os profissionais. O gerente Maurício pediu a palavra para fornecer um contexto histórico e legal. Informou que o CRP-PR foi o primeiro Conselho a implantar o sistema BRC em 2020 e, na versão inicial, não havia a opção "não declarar" nos campos de preenchimento obrigatório. Contudo, um profissional com conhecimento na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) entrou com um processo contra o Conselho na Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), argumentando que a lei garante à pessoa o direito de não declarar informações sensíveis como cor/raça, orientação sexual e identidade de gênero. Apesar dos argumentos do Conselho sobre a importância desses dados para o desenvolvimento de políticas públicas, a ANPD determinou que o Conselho, em conjunto com o Conselho Federal de Psicologia (detentor da plataforma), incluísse compulsoriamente a opção "não declarar" em todos os campos de natureza sensível, para se adequar à LGPD. O Conselheiro Andrey se manifestou, reconhecendo o desafio entre a importância da coleta dos dados e o direito legal à não declaração. Como sugestão, propôs que o Conselho se inspire em uma iniciativa do Grupo de Educação para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Educação do Estado (SEED). A SEED, ao notar uma subnotificação de pessoas negras nas matrículas escolares em comparação com os dados do IBGE, desenvolveu uma campanha educativa, por meio de cartilhas e materiais, para conscientizar os estudantes sobre a importância de se autodeclararem. A proposta do Conselheiro, portanto, seria a criação de uma campanha de comunicação direcionada à categoria, que sensibilize

sobre as implicações e a relevância da autodeclaração, ainda que a opção de não declarar continue existindo por força da lei. A Conselheira Ana Lígia interveio para problematizar a questão, observando que o argumento da existência de uma lei que impede certas ações é frequentemente utilizado para frear debates sobre transformações sociais. Ela defendeu que o Plenário deveria decidir se continuaria pressionando por mudanças, por meio de documentos e justificativas sobre a importância da pauta, para avançar na conscientização da categoria sobre o debate da racialização. Em seguida, solicitou ao Conselheiro Andrey que resumisse sua sugestão em uma proposta de encaminhamento. O Conselheiro Andrey formalizou sua proposta, sugerindo incluir, no pacote de documentos para a transição de gestão, o esboço de um projeto de comunicação. Esta campanha, preferencialmente virtual, promoveria a reflexão sobre a importância da autodeclaração e facilitaria a ação do profissional, disponibilizando um link direto para a atualização cadastral, de forma a tornar o processo simples para quem for sensibilizado pela comunicação. A Psicóloga Julia Gindre elogiou a sugestão do Conselheiro Andrey e a qualidade da cartilha produzida pela SEED. Acrescentou à proposta a ideia de que essa comunicação educativa fosse inserida no próprio formulário de inscrição. Explicou que, no Brasil, muitas pessoas têm dificuldade em compreender as categorias raciais, dando como exemplo a confusão entre os conceitos de preto, pardo e amarelo. Sugeriu que, ao lado das opções de preenchimento, houvesse um breve texto explicativo, definindo cada um dos critérios, o que poderia facilitar o preenchimento consciente por parte dos profissionais. O Conselheiro Paulo acolheu as propostas de Andrey e Julia, mas sugeriu uma abordagem processual diferente. Argumentou que, como muitos dos presentes estariam na próxima gestão e na própria Comissão Étnico-Racial, a responsabilidade pela continuidade do projeto poderia ser assumida pela própria comissão, em vez de ser transferida como uma incumbência do Plenário atual para o próximo. Seria um encaminhamento interno da própria CER. O gerente Maurício informou que já era possível implementar parte das sugestões de forma imediata. Explicou que na página do site do CRP-PR, por onde todos os processos de inscrição se iniciam, já existe uma área com instruções. Neste local, poderia ser adicionado o texto explicativo proposto por Julia sobre a importância do preenchimento e o significado das categorias. Adicionalmente, se comprometeu a verificar com a equipe técnica a possibilidade de inserir um pop-up informativo diretamente no formulário do sistema BRC, no momento do preenchimento. A Psicóloga Celia Mazza, apresentando-se como Conselheira Federal, sugeriu que o tema fosse elevado a um patamar nacional, sendo encaminhado como uma proposta para a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos. Justificou que a questão da subnotificação não é uma realidade exclusiva do Paraná e que a APAF é o fórum adequado para debater e criar campanhas de abrangência nacional. Ela também reforçou que a CER é uma comissão permanente no regimento do CRP-PR, garantindo sua continuidade. O Psicólogo Christiano da Silva, conhecido como Chris, manifestou uma reflexão colocando que, pessoalmente, tem resistência a preencher campos de definição e que não o faria por não considerar isso importante para sua vida. Questionou qual o objetivo final da coleta desses dados, ponderando se a definição de categorias contribui para uma cultura de equidade ou se, paradoxalmente, reforça divisões. Relatou que observa essa fluidez de identidade em seus pacientes e expressou o desejo de entender melhor o propósito dessas definições para a psicologia e a sociedade. A Conselheira Pamela agradeceu a intervenção de Christiano, afirmando que sua questão era muito relevante e comum. Explicou que o debate sobre racialização não é sobre uma escolha pessoal, mas sobre o reconhecimento da localização de cada indivíduo na estrutura histórica e social do Brasil. Compreender essa localização, segundo ela, é fundamental para a prática da psicologia. Convidou Christiano a se aproximar e participar da Comissão Étnico-Racial para aprofundar esses estudos, sugerindo que sua pergunta poderia inspirar a criação de futuras ações

e eventos de conscientização. **Encaminhamento:** Ao final do debate, a Conselheira Pamela sintetizou as propostas apresentadas em um conjunto de encaminhamentos convergentes: 1. Acatar a sugestão da Conselheira Federal Celia Mazza e formalizar a pauta como uma proposta a ser enviada para a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF). 2. Aprovar a implementação imediata das ações propostas por Julia Gindre e Maurício: a inclusão de textos explicativos sobre a importância da autodeclaração racial na página de inscrição do site do CRP-PR e a verificação da viabilidade técnica de inserir um pop-up informativo no formulário do sistema BRC. 3. Incluir nos documentos de transição para a próxima gestão a recomendação para que a Comissão Étnico-Racial desenvolva uma campanha de conscientização sobre a importância do preenchimento da autodeclaração, conforme sugerido por Andrey. A Conselheira Pamela submeteu o conjunto de encaminhamentos à votação, utilizando o método de manifestação apenas dos contrários. Não havendo manifestações contrárias, o conjunto de propostas foi aprovado por unanimidade. **3. Deliberativos. 3.1. Apresentação de taxas para 2026.** Apresentação: Guilherme. O Coordenador Financeiro, Guilherme Souza, iniciou o ponto o descrevendo como uma questão deliberativa. Informou, que, como informado na plenária orçamentária, o valor da anuidade 2026 foi mantido, no valor de R\$ 649,41 (seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), sendo aprovados os descontos de quinze por cento para o pagamento até o dia 31 de janeiro, bem como o desconto para beneficiários de programas sociais de acesso ao ensino superior como ProUni, CadÚnico e Fies, em cinquenta por cento para a primeira anuidade. Seguiu com a informação de que o parcelamento da anuidade regular, sem desconto, segue em até cinco parcelas (Janeiro a maio). Em relação a anuidade de Pessoa Jurídica, na faixa 1 (Capital Social de até cinquenta mil reais), é de metade do valor, R\$ 324,71 (trezentos e vinte e quatro reais e 71 centavos), enquanto para a faixa 2 (Capital Social a partir de cinquenta mil reais), o valor é integral, o mesmo valor de Pessoa Física, R\$ 649,41 (seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos). Seguindo com as taxas de Pessoa Física, o valor para inscrição segue R\$ 190,00 (cento e noventa reais), reemissão de carteira de identidade profissional (CIP), R\$ 120,00 (cento e vinte reais), taxa de reativação de registro com o valor de R\$ 55,00 (cinquenta e cinco reais), taxa de inscrição secundária, ou reativação de inscrição secundária, ambas R\$ 324,71 (trezentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) e taxa de certificado digital, R\$ 40,00 (quarenta reais). Em relação às taxas de Pessoa Jurídica, Guilherme especificou os valores de R\$ 190,00 (noventa reais) referente a taxa de inscrição e R\$ 90,00 (noventa reais) para certificado. A Conselheira Ana Lígia agradeceu as informações apresentadas pelo coordenador e seguiu a apresentação explicando que na Assembleia Orçamentária a questão foi passada de forma geral, sem detalhar cada taxa, e, a pedido do Conselho Federal, o ponto estava sendo apresentado na presente Plenária. **Encaminhamento:** A Conselheira Ana Lígia questiona aos presentes se há objeções à aprovação das taxas, e não tendo os participantes se manifestado em contrário, foram aprovadas. **3.2. Comissão Anticapacitista. [Nota de Apoio a ADI nº7796.](#)** Apresentação: Bruno Cerdan. A Conselheira Ana Lígia, coordenando os trabalhos, deu início à pauta referente à nota de apoio número 7796. Ela contextualizou que o tema já havia sido debatido em uma plenária anterior, realizada aproximadamente dois meses antes, ocasião em que a Comissão da Infância manifestou interesse em colaborar na construção do documento. Naquela oportunidade, o Plenário deliberou pelo retorno da nota às comissões para que a Comissão de Psicologia Anticapacitista e a Comissão da Infância pudessem se reunir e aprimorar o texto. A Conselheira informou que a referida reunião ocorreu e que, como resultado, a nota foi novamente trazida para apreciação e deliberação final do Plenário. Em seguida, concedeu a palavra ao Psicólogo Bruno Cerdan para a apresentação. O Psicólogo Bruno Cerdan iniciou sua fala, corroborando a contextualização da Conselheira Ana Lígia. Ele recordou que a proposta de apoio foi

originalmente apresentada na plenária de Foz do Iguaçu e que, a partir do debate, foi decidida a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para ampliar a discussão e refinar o documento. Ele apresentou a Psicóloga Larissa, também colaboradora da Comissão de Psicologia Anticapacitista, que o acompanhava. O Psicólogo Bruno Cerdan então procedeu à leitura integral da nota de apoio à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para conhecimento de todos os presentes: *“O Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) vem a público manifestar seu apoio e solidariedade à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7796, atualmente em análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A ADI contesta dispositivos das Leis Estaduais nº 17.656/2013 e nº 18.419/2015, com pedido de medida cautelar movida contra as respectivas leis, sancionadas pelo Governo do Estado do Paraná. Essas legislações estabeleceram, respectivamente, o Programa Estadual de Apoio Permanente às Entidades Mantenedoras de Escolas que oferecem Ensino Básico na Modalidade Educação Especial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná. Ambas as leis, ao alocar recursos públicos e pessoal para escolas especiais e promover a escola inclusiva como opção educacional, em vez de priorizar o fortalecimento da educação inclusiva no ensino regular, perpetuam a segregação de indivíduos com deficiência, desobrigando a escola regular de desempenhar seu papel estabelecido na Constituição, sendo o de satisfazer as necessidades educacionais de todos os seus estudantes, independentemente de terem ou não deficiência. É responsabilidade do Estado assegurar o direito à educação através do investimento de recursos públicos na formação e estrutura das escolas públicas regulares, de modo a incluir todas as crianças, jovens e adultos, com os recursos adequados e de acordo com cada particularidade, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em vigor no país. O sistema de ensino brasileiro é regido por princípios constitucionais e normativas internacionais que garantem o direito à educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado, e o artigo 206, inciso I, reforça a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". Além disso, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada no Brasil com posição de emenda constitucional pelo Decreto nº 6.949/2009, estabelece que o Estado deve assegurar um sistema de educação inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também orientam a inclusão, direcionando os esforços para que o ensino regular se torne capaz de atender a diversidade de todos os estudantes. Após a divulgação da ADI passou-se a ser visto na mídia o discurso de que o objetivo seria fechar as escolas especiais, o que não retrata a realidade. As instituições que hoje ofertam a escolarização na modalidade especial, prestam também atendimentos em outras áreas, representando um importante papel na rede de proteção da pessoa com deficiência, e esses atendimentos não são afetados pela ADI. Dessa forma, as instituições podem continuar existindo, através do fomento das áreas da saúde e assistência social, e inclusive poderiam até manter os recursos da educação através da oferta do atendimento educacional especializado. Dessa forma, o CRP-PR reafirma seu compromisso com a defesa intransigente dos direitos humanos e com a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, na qual a diversidade humana seja reconhecida, respeitada e valorizada em todas as suas expressões. A Psicologia, como ciência e profissão comprometida com a dignidade, a liberdade e a equidade, não pode compactuar com políticas públicas que perpetuam práticas capacitistas e segregadoras. Reiteramos, portanto, nosso posicionamento em favor da ADI 7796, na expectativa de que o Supremo Tribunal Federal se manifeste em consonância com os princípios constitucionais da igualdade, da não discriminação e da inclusão.”* Ao finalizar a leitura, reforçou que o texto final foi uma construção conjunta, originada na

Comissão de Psicologia Anticapacitista e enriquecida pelas contribuições do GT, que contou com a participação de membros da Comissão de Psicologia Escolar. A Conselheira Ana Lígia agradeceu ao Psicólogo Bruno Cerdan pela apresentação e pelo trabalho de construção da nota. Estendeu seus agradecimentos a todas as comissões envolvidas no processo — a de Psicologia Escolar e Educacional, a de Psicologia Anticapacitista e a de Psicologia da Criança e do Adolescente. Ressaltou que o tema é de grande complexidade e que o aprofundamento do debate entre pesquisadores, militantes e defensores das políticas relacionadas à infância, à educação e à luta anticapacitista foi fundamental para a qualificação do documento. Após seus agradecimentos, abriu espaço para inscrições, perguntando se algum Conselheiro gostaria de fazer perguntas aos representantes das comissões. A Conselheira Pamela e o Conselheiro Paulo se inscreveram. Antes de passar a palavra aos inscritos, a Conselheira Ana Lígia dirigiu uma pergunta aos apresentadores, indagando sobre as expectativas e os próximos passos esperados a partir da aprovação da nota. A Psicóloga Larissa tomou a palavra para responder. Ela elucidou que, embora a comissão não tivesse discutido formalmente os próximos passos, as expectativas são de ativismo contínuo. Contextualizou o cenário no estado do Paraná, mencionando a realização de uma audiência pública e o posicionamento contrário do Conselho Estadual de Educação, que defende o modelo de educação especial vigente no estado. Enfatizou que o modelo paranaense é uma exceção no Brasil, uma vez que os outros 26 estados da federação seguem as legislações nacionais e internacionais de direitos da pessoa com deficiência. A Psicóloga Larissa expressou a expectativa de que a ADI seja julgada procedente e a lei considerada inconstitucional, traçando um paralelo com um decreto similar do governo Bolsonaro em 2021, que foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, criando assim uma jurisprudência. Contudo, ela ponderou que, mesmo com um eventual julgamento favorável, existe um grande campo de disputa política e social no estado, inclusive dentro da própria psicologia. Rememorou falas ocorridas em plenária anterior que, em sua visão, refletem o capacitismo estrutural, citando como exemplo o uso de termos como "ser especial" ou "anjos" por parte de Psicólogos e a desconsideração da autonomia de pessoas com deficiência. Para a comissão, independentemente do resultado da votação no Conselho ou no STF, ficou evidente que há um longo caminho a ser percorrido e muito trabalho a ser feito para combater o que considera uma "vergonha para a profissão". Após a fala da Psicóloga Larissa, a Conselheira Ana Lígia informou que o Conselheiro Paulo havia retirado sua inscrição. Considerando que não havia mais inscritos para o debate, ela anunciou que a matéria seria colocada em regime de votação. Explicou o procedimento, solicitando que os Conselheiros se manifestassem em três momentos: favoráveis, contrários e abstenções, pedindo aos participantes online que utilizassem a ferramenta de levantar a mão. Iniciada a votação, a Conselheira Ana Lígia perguntou aos favoráveis à publicação da nota que se manifestassem. Após a contagem dos votos presenciais e online, que totalizaram seis votos na modalidade remota (após a correção de um voto duplicado da Conselheira Mariana), foi constatada a maioria favorável. Em seguida, perguntou quem seria contrário à publicação da nota. Não houve manifestações contrárias no Plenário presencial. No ambiente online, o Conselheiro Frank inicialmente se manifestou, mas em seguida retirou sua manifestação, resultando em zero votos contrários. Por fim, solicitou a manifestação das abstenções, totalizadas em três. **Encaminhamento:** Tendo em vista o resultado, a Conselheira Ana Lígia declarou a nota de apoio à ADI 7796 aprovada pela maioria do Plenário. Como encaminhamento, o documento será publicado e divulgado pelos canais oficiais de comunicação do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. **4. Comissões Temáticas - Relatórios. 4.1. Cenário das Comissões Temáticas. 4.2. Comissão de Psicologia Anomalística e da Religião.** Apresentação: Fábio Eduardo. A Conselheira Ana Lígia, coordenando a mesa, concedeu a palavra ao Psicólogo Fábio para a apresentação do ponto de pauta

referente à sua comissão. O Psicólogo Fábio iniciou sua fala expressando sua satisfação em colaborar com a plenária e parabenizou os colegas da cidade de Cascavel pela inauguração da nova sede. Em seguida, deu início à apresentação do relatório de atividades da Comissão Especial de Psicologia Anomalística e da Religião. Para contextualizar o trabalho atual, ele apresentou um breve histórico da comissão, informando que suas origens remontam ao Grupo de Estudos Interdisciplinar em Psicologia Anomalística e da Religião, cuja primeira reunião ocorreu em 25 de julho de 2014. Ao longo de sua trajetória, a comissão realizou encontros quinzenais e, posteriormente, mensais, adaptando-se aos formatos presencial, online e híbrido. O Psicólogo Fábio elencou uma série de realizações significativas do grupo ao longo dos anos, incluindo a promoção de uma palestra presencial com os doutores Wellington Zangari e Fátima Machado, do Interpsi-USP; a participação no XV Encontro Paranaense de Psicologia com trabalhos em mesa redonda; a organização do evento "Contribuições da Psicologia Anomalística na Saúde Mental" junto ao CRP-PR; e a publicação de dois artigos sobre a temática na revista Contato, edições 100 e 138. Adicionalmente, foi elaborada, implementada e publicada uma pesquisa sobre a prevalência e relevância de experiências anômalas na prática profissional, que contou com a participação de 182 Psicólogas(os). O histórico de eventos também incluiu a realização do primeiro Seminário Interdisciplinar de Estudos em Psicologia Anomalística, a promoção de uma palestra sobre Psicologia e Religião com o Dr. Adriano Landa, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e membro da comissão, e a organização do primeiro e do segundo Simpósio de Psicologia Anomalística e Ciências das Religiões, este último destacando a participação do renomado pesquisador internacional Dr. Stanley Krippner. Ele também apresentou os objetivos formais da comissão, que são o estudo da literatura da área, o estímulo e desenvolvimento de pesquisas, a promoção de eventos, a elaboração e publicação de artigos científicos e de divulgação, a contribuição para a atualização da comunidade psicológica sobre os temas e o subsídio à plenária do CRP-PR com informações técnicas. Apresentou a composição atual da comissão, destacando que ele e a Psicóloga Adriana Patrícia são os coordenadores, e fez a ressalva de que alguns dos membros mais recentes ainda aguardam a homologação formal por parte do Plenário. Passando ao relatório de atividades recentes, o Psicólogo Fábio detalhou que no segundo semestre de 2023 foram realizadas quatro reuniões, com foco principal na colaboração com o Guia de Orientação da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) sobre Psicologia da Religião e Laicidade, além do início das discussões para a criação de um núcleo clínico na CEPAR. No ano de 2024, a comissão realizou sete reuniões, dando continuidade ao trabalho de subsídio à COF e ao projeto do núcleo clínico, embora a participação em dois eventos planejados não tenha se concretizado. Já no primeiro semestre de 2025, ocorreram quatro reuniões internas e a colaboração em dois eventos externos, sendo eles o lançamento da tese da coordenadora Adriana e um seminário sobre espiritualidade e laicidade, enquanto a comissão continua a responder às demandas da COF e avalia a participação no Congresso de Saúde Mental em Ponta Grossa. Ao final de sua explanação, o Psicólogo Fábio observou ter conseguido apresentar o relatório dentro do tempo estipulado. A Conselheira Ana Lígia agradeceu ao Psicólogo Fábio pela apresentação e por sua vasta contribuição ao Conselho, ressaltando sua atuação contínua ao longo de três gestões diferentes, e enalteceu o compromisso da comissão com a psicologia paranaense.

4.3. Comissão de Psicologia Escolar e da Educação.

4.3.1. Fórum de Educação e avaliação psicoeducacional: perspectivas anticapacitistas e antirracistas. Apresentação: Cons. Fabíola. A Conselheira Ana Lígia, dando seguimento à pauta de apresentação das comissões, convidou a Conselheira Fabíola para apresentar o relatório da Comissão de Psicologia Escolar. A Conselheira Fabíola passou a relatar as atividades da comissão, começando por um evento conjunto realizado no mês de agosto em parceria com a Comissão de Psicologia Anticapacitismo e a Comissão de Avaliação Psicológica. O evento teve um

formato híbrido, com uma abertura presencial no município de Francisco Beltrão, que contou com 251 confirmações de presença, além de transmissão online. O evento prosseguiu com mais três encontros em formato exclusivamente online, e no último dia, 28 de agosto, a transmissão alcançou 64 visualizações. A Conselheira informou que os encontros foram gravados e estão disponíveis no canal do Conselho no YouTube, e que o retorno dos participantes foi muito positivo, com bastante interação sobre uma temática considerada de grande importância e que vinha sendo planejada há meses pelas três comissões. Em seguida, ela detalhou a estrutura da comissão, informando que atualmente possui 18 membros e que realiza encontros mensais na primeira quinta-feira de cada mês, com exceção de janeiro, tendo observado uma procura bastante grande de profissionais para ingressar no grupo no último ano.

4.3.2. Apresentação do levantamento sobre a prática profissional de profissionais da Psicologia no âmbito da educação no Paraná.

Apresentação: Cons. Fabíola. Seguindo sua apresentação, a Conselheira então passou a detalhar o principal projeto recente da comissão, um levantamento sobre as práticas da Psicologia no campo escolar, cujos resultados parciais foram apresentados na abertura do evento em Francisco Beltrão. A pesquisa foi realizada com a categoria por meio de um formulário que obteve 259 respostas ao longo de aproximadamente dois meses. Ela esclareceu que uma análise prévia foi realizada, mas que, por falta de tempo hábil, o relatório final, que se pretendia publicar para a categoria, não pôde ser concluído. O objetivo da pesquisa, segundo ela, é compreender o perfil das Psicólogas que trabalham na educação no Paraná. A pesquisa revelou um perfil demográfico específico: 66% das respondentes possuem inscrição principal no Paraná, 84% são mulheres cisgênero, sendo que nenhuma pessoa se declarou trans, 63% têm entre 31 e 50 anos, 83% se autodeclaram brancas e 95,3% se dizem pessoas sem deficiência. No que tange à formação, o levantamento apontou que 77% das Psicólogas se graduaram em instituições privadas, 90% possuem pós-graduação e, embora 92% tenham tido contato com conteúdos de psicologia escolar na graduação, 42% relataram que essa formação teve uma importância apenas razoável ou parcial para sua prática. Sobre as práticas profissionais desenvolvidas, 71% realizam observação e 69% realizam encaminhamentos, sendo que este último dado gerou uma discussão no grupo sobre o alto percentual e a natureza dessa prática que vem sendo construída com a inserção da psicologia nas escolas, especialmente com a abertura de vagas na rede estadual. A pesquisa também investigou se as profissionais já vivenciaram alguma forma de violência ou opressão na prática, e os resultados indicaram que 41% já vivenciaram práticas capacitistas, 37% sofreram violação dos direitos humanos, 34,9% foram alvo de machismo e sexismo, 22,9% de racismo e 31,4% de LGBTQIA+fobia, além de relatos em menor proporção de violência institucional, assédio e bullying. Um achado relevante da pesquisa foi a grande confusão da categoria a respeito da implementação da Lei 13.935/2019. Muitas respondentes afirmaram que a lei está implementada em seus municípios, mas não souberam especificar quais seriam essas legislações. A Conselheira esclareceu que, até onde a comissão tem conhecimento, apenas o município de Apucarana possui a lei devidamente documentada e implementada. A comissão interpreta que a categoria pode estar entendendo que a mera presença de Psicólogos na educação equivale à implementação da lei. Diante disso, a Conselheira apontou a necessidade de o Conselho elaborar orientações para a categoria, esclarecendo que a implementação formal da lei é o que garante a continuidade, a qualidade e a segurança do trabalho, bem como a realização de concursos públicos. Ela concluiu sua fala reiterando que a apresentação foi uma prévia dos dados, uma vez que o relatório final não foi concluído, e convidou outros membros da comissão presentes a se manifestarem, caso julgassem necessário. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Conselheira Fabíola, elogiando a comissão por sua intensa atuação e por ser um grupo que também atravessa gestões.

4.4. Comissão de Psicologia de Riscos, Urgências e

Emergências. Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Psic. Christiano Ribeiro Mira Papi da Silva. Dando continuidade aos informes das comissões, a Conselheira Ana Lígia passou a palavra ao Psicólogo Christiano da Silva para apresentar o relatório da Comissão de Riscos, Emergências e Desastres. O Psicólogo Christiano da Silva iniciou sua explanação, informando que a comissão iniciou suas atividades por volta de maio e junho deste ano, a partir da constatação de que não havia no Paraná um direcionamento sobre como a psicologia poderia atuar em situações de risco, emergência e desastre. A proposta central do grupo, portanto, é definir e estruturar a atuação profissional nesses contextos. Ele relatou que a comissão é composta por oito membros e que, desde 19 de julho, realizou um total de seis reuniões. Um dos principais pontos de debate nos encontros tem sido a própria definição do que constitui um risco ou desastre do ponto de vista da intervenção psicológica, uma vez que diversas situações impactam a saúde mental das pessoas. Foram levantados temas variados, como o impacto da inteligência artificial na cultura e na sociedade, e desastres climáticos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, discutindo-se a logística e as formas de intervenção psicológica nessas realidades. Para aprofundar o conhecimento prático, a comissão convidou para sua última reunião o coordenador da Defesa Civil de Curitiba, Nelson Ribeiro, que debateu sobre os procedimentos adotados pelo órgão durante um evento adverso. A discussão com o coordenador abordou aspectos práticos da atuação com pessoas em situação de vulnerabilidade, como os protocolos de contato físico e abordagem. Desta interação, surgiu a proposta de a comissão, em conjunto com a Defesa Civil, elaborar uma cartilha para orientar a atuação em tais circunstâncias. O Psicólogo informou ainda que a comissão participou de um Encontro Nacional sobre a temática para trazer subsídios ao trabalho e que o grupo foi oficialmente apresentado ao Plenário há cinco meses. Após o levantamento de dados e discussões iniciais, a comissão estruturou um projeto mais amplo, cujo objetivo não se limita a atender apenas questões de desastres geográficos. Utilizando como exemplo o debate anterior sobre a psicologia escolar, ele argumentou que uma falha estrutural em uma escola, por exemplo, pode ser considerada um desastre, pois impacta professores, famílias, empregos e toda a sociedade, exigindo uma intervenção psicológica sistêmica. O objetivo do projeto é, portanto, criar não apenas a cartilha como produto principal, mas também desenvolver capacitações sobre assuntos específicos, além de métodos para mapear as demandas mais urgentes em uma crise, como quadros de ansiedade ou risco de autoagressão. Pretende-se estruturar escalas de prioridade para a intervenção, considerando as particularidades de cada local. Adicionalmente, o projeto prevê a elaboração de um artigo científico, com início da coleta de dados em uma cidade de grande porte como Curitiba, para construir um conhecimento sólido e baseado na vivência, que possa contribuir não só para a psicologia, mas para o sistema de resposta a crises como um todo. Ele encerrou sua fala reforçando que o objetivo final é criar documentos, ferramentas e métodos com definições claras e baseados em dados qualitativos e quantitativos para orientar a atuação de toda a população diante de uma situação de risco, desastre ou emergência. A Conselheira Ana Lígia agradeceu ao Psicólogo Christiano da Silva pela apresentação.

4.5. Comissão de Psicologia Clínica. Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Ketellyn Youseff. A Conselheira Ana Lígia anunciou a pauta seguinte, convidando a Psicóloga Ketellyn Youssef para apresentar o relatório da Comissão Estadual de Psicologia Clínica. A Psicóloga Ketellyn Youssef iniciou sua fala apresentando as atividades da comissão. Ela explicou que a comissão surgiu da necessidade de criar um espaço para a discussão, orientação e articulação da prática clínica no estado do Paraná. Seus objetivos incluem a promoção de debates técnico-científicos, o oferecimento de subsídios para a atuação ética na clínica, o fortalecimento do diálogo com outras áreas da saúde e com a sociedade, e, de forma prioritária, a aproximação entre os próprios profissionais da categoria. A Psicóloga informou que as reuniões ordinárias

ocorrem mensalmente em modalidade online, formato que se mostrou fundamental para ampliar a participação de profissionais de diversas regiões do estado, compondo um grupo de treze membros. Além disso, reuniões extraordinárias são convocadas conforme a necessidade, principalmente para a elaboração de documentos, pareceres técnicos ou para a organização de eventos. As pautas de discussão, segundo ela, geralmente incluem o acompanhamento de demandas encaminhadas ao Conselho, a discussão de temas emergentes, o planejamento de eventos e materiais informativos, e a articulação com outras comissões e entidades. Dentre os diversos eventos realizados ao longo de quase três anos, ela deu destaque à primeira edição da "Articulação de Psicologia e Psiquiatria", um evento online focado na interdisciplinaridade que abordou temas como o uso de canabidiol, comorbidades e práticas conjuntas. Ressaltou o sucesso da iniciativa, que, mesmo com apenas três dias de divulgação, atraiu cerca de cinquenta participantes simultâneos, entre Psicólogos, psiquiatras e estudantes. Atualmente, a comissão possui dois projetos articulados que aguardam a próxima gestão para serem continuados. O primeiro é a participação em um Grupo de Trabalho nacional sobre Planos de Saúde, que surgiu de uma demanda sobre repasses e já envolve o contato com outros Conselhos regionais e com o Conselho Federal. O segundo é a realização da primeira Jornada de Psicologia Clínica do Paraná, um evento cujo projeto já está completamente estruturado e pronto para ser executado. A Psicóloga Ketellyn Youssef concluiu sua apresentação resumindo que a gestão da comissão favoreceu o debate técnico-científico, especialmente em relação a planos de saúde, práticas interdisciplinares e regulamentações, além de ter organizado eventos relevantes e produzido documentos de orientação para a categoria. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga pela apresentação detalhada.

4.6. Comissão de Psicologia Anticapacitista.

Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Bruno Cerdan. A Conselheira Ana Lígia deu início à apresentação da Comissão de Psicologia Anticapacitista, passando a palavra ao Psicólogo Bruno Cerdan. O Psicólogo Bruno Cerdan iniciou seu breve relato sobre os trabalhos da gestão, explicando que a comissão foi formalizada em 2024, motivada pela necessidade de discutir a condição das pessoas com deficiência. Ele informou que o grupo é composto atualmente por dez colaboradores, tendo observado um crescimento significativo com a entrada de cinco novos membros desde que assumiu a coordenação em maio de 2024. Ao todo, foram realizadas dez reuniões, sendo cinco no ano anterior e cinco no ano corrente, geralmente ocorrendo às quartas-feiras, com uma estrutura que usualmente iniciava com discussões teóricas. No que tange aos eventos no último ano, ele destacou como principal atividade recente a participação no Fórum de Educação e Avaliação Psicossocial, um evento conjunto já mencionado em pauta anterior. Além deste, relatou a realização de uma palestra em Cascavel a convite da UAB local e de Gabriela Betti, um evento no ano anterior em parceria com a Agrolai, e a participação no evento "Psicologia Nacional de Exposição anterior e exemplificações", ocorrido no IPB em Maringá, que considerou excelente. Ele ressaltou a forte presença dos membros da comissão no Fórum, com a participação de Aline Maroto e Mel Falco. Foi acrescentado ainda que a comissão também se dedicou à elaboração de um parecer técnico para a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). A Conselheira Ana Lígia, retomando a palavra, fez questão de ressaltar duas atuações da comissão que considerou de extrema importância para o Conselho. A primeira foi a participação fundamental no planejamento da reforma estrutural de acessibilidade da sede do CRP-PR, um projeto de grande relevância que ainda não foi iniciado. A segunda foi a incidência importantíssima da comissão na elaboração do edital do último concurso público realizado pelo Conselho, garantindo a inclusão de critérios de acessibilidade. Ela complementou informando que a comissão continua atuante nesse quesito, tendo realizado uma avaliação de acessibilidade do Teatro Calil Haddad e já iniciado anotações para a nova sede de Cascavel, demonstrando a contínua e fundamental

importância de sua atuação. Ao final da apresentação e das complementações, a Conselheira Ana Lígia agradeceu ao Psicólogo Bruno Cerdan e à comissão. **4.7. Comissão de Saúde.** Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Suzete Ferreira. Dando prosseguimento aos informes, a Psicóloga Suzete foi convidada a apresentar o relatório da Comissão de Saúde. A Psicóloga Suzete iniciou sua fala relatando que a Comissão de Saúde foi reestruturada na atual gestão, passando a ter um âmbito estadual, uma vez que suas atividades haviam sido interrompidas anteriormente. A comissão adotou um modelo de gestão colegiada, coordenada por ela, Emerson e Francine, e atualmente é composta por um total de 35 membros. Desses, dez são membros oficiais com portaria, e os outros 25 são colaboradores que participam por interesse na temática, um modelo que, segundo ela, se mostrou muito positivo ao acolher profissionais que, embora não dispusessem de tempo para um vínculo formal, desejavam contribuir com o debate sobre saúde. Informou também que a antiga comissão de Londrina foi integrada a esta comissão estadual. Ao longo do período de 2023 até o presente, foram realizadas 30 reuniões em formato online, com horários e dias da semana alternados para possibilitar a mais ampla participação de profissionais de diversas regiões do Paraná. A comissão trabalhou com base em um plano de ação estruturado em sete propósitos, sendo que parte dessas ações alcançou seus objetivos. Dentre as atividades, ela destacou a participação da comissão no planejamento e organização de diferentes eventos, como o Encontro Paranaense de Psicologia realizado neste ano e a mobilização para o mesmo evento em 2024, além da realização de uma oficina sobre notificação de violência. A Psicóloga Suzete deu grande ênfase à prática de articulação com outras comissões, que foi um pilar do trabalho do grupo. Como trabalhadora do SUS na área de saúde mental, ela ressaltou a importância de compreender a saúde como uma política pública que necessita de intersetorialidade, o que se reflete na colaboração entre as comissões. Nesse sentido, o grupo colaborou na elaboração de diversos documentos em resposta a demandas da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), participou da banca avaliadora do edital da Mostra RAPS e ocupou assentos de representação em Conselhos de controle social em diferentes municípios. Ela concluiu sua fala agradecendo aos colegas de comissão e reforçando a importância da continuidade do trabalho de articulação entre as comissões e da participação do Conselho nos espaços de controle social. **4.8. Comissão de Mobilidade de Trânsito.** Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Rosangela Bacron. A Conselheira Ana Lígia, dando continuidade às apresentações das comissões, convidou a Psicóloga Rosangela Bacron para relatar as atividades da Comissão de Mobilidade e Trânsito. A Psicóloga Rosangela Bacron iniciou sua fala detalhando as atividades da comissão em ordem cronológica, começando por abril de 2023, com a participação no 5º Congresso Brasileiro de Psicologia e Medicina de Tráfego em Florianópolis, onde o grupo foi representado pelo então coordenador, Benito. Em maio do mesmo ano, a comissão publicou um artigo intitulado "Práticas Preventivas no Contexto do Trânsito" na revista Contato, que teve boa repercussão. Ainda em 2023, foi elaborada e divulgada uma cartilha digital que, segundo ela, permanece atual e em circulação. Já em outubro e novembro de 2024, a comissão participou do evento Mobiliza, durante o Encontro Paranaense de Psicologia, e na sequência realizou uma mesa redonda sobre a promoção da segurança e saúde mental no trânsito, que contou com a participação dos professores Roberto Cruz e Dr. Fabiano Rui, sendo um evento de grande sucesso. A Psicóloga também mencionou a realização de uma palestra sobre a formação em psicologia do trânsito em uma instituição de ensino em Cornélio Procopio. A Psicóloga Rosangela Bacron ressaltou a presença constante da comissão em todas as reuniões plenárias de janeiro de 2023 a setembro de 2025, além da realização de reuniões mensais, totalizando 12 em 2023, 10 em 2024 e 7 no ano corrente até o momento. Ela destacou uma mudança positiva trazida pela pandemia: o trabalho, que antes era centralizado em Londrina, passou a ser online, permitindo a participação de membros de diversas partes do estado,

formato que se mantém com os atuais dez integrantes. Fez a observação de que os especialistas em psicologia do trânsito representam um dos maiores grupos de especialistas do Conselho e elogiou a categoria por sua contribuição e adimplência com as anuidades, reforçando o esforço da comissão em aproximar esses profissionais do CRP-PR. Relatou também ações recentes, como duas entrevistas concedidas neste mês pela colaboradora Valéria à RPC sobre saúde mental, comportamento humano e tecnologia no trânsito, e a participação futura do coordenador Danilo, na semana seguinte, no 16º Congresso Brasileiro de Medicina e Psicologia de Tráfego, na Bahia, representando o CRP-PR. Ao final de sua fala, a Psicóloga Rosangela Bacron dedicou um momento para expressar profunda gratidão em nome de toda a comissão ao XV Plenário e a todos os seus membros pelo apoio recebido para lidar com as demandas, que descreveu como quase diárias. Enalteceu a competência da equipe técnica e dos funcionários do Conselho, afirmando que sem eles não seria possível atender a todas as solicitações, e estendeu os agradecimentos à COF e à COE pelo auxílio em demandas paralelas que exigiram o posicionamento oficial do Conselho junto ao Detran-PR. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga Rosangela e aos demais membros da comissão presentes, Matheus e Danilo.

4.9. Comissão de Psicologia Jurídica. Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Flávia Daniela. A Psicóloga Flávia Daniela iniciou sua fala explicando que a comissão passou a ter um caráter estadual em 2023, o que foi viabilizado pela consolidação do formato de reuniões online no período pós-pandemia. As reuniões ocorrem mensalmente, na última quarta-feira de cada mês, tendo sido realizados 14 encontros até o momento, sob a coordenação dividida entre ela e a Psicóloga Fernanda Terras. Relatou que a formação do grupo foi desafiadora no início, com poucos integrantes, mas que hoje a comissão conta com onze membros ativos, definidos por ela como aqueles que não apenas participam das reuniões, mas também colaboram ativamente na redação de documentos técnicos. O crescimento e o interesse pela área são evidentes, segundo ela, pelo recebimento recente de sete novas fichas de interesse para participação. No que tange às atividades desenvolvidas, a Psicóloga Flávia Daniela detalhou a participação da comissão no Encontro Paranaense de Psicologia, em fevereiro, com uma fala sobre a interface entre psicologia e direito no contexto da transição de gênero de adolescentes e adultos. A comissão também colaborou com outras comissões na realização do evento alusivo ao dia 18 de maio, sobre o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, onde apresentou o tema do depoimento especial. Além disso, participou de um Grupo de Trabalho que resultou na recente publicação de uma nota de posicionamento sobre os Centros de Referência da Mulher (CRAM). Um trabalho constante da comissão, segundo ela, é o auxílio à Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), tendo respondido a um total de nove memorandos administrativos. Essas demandas tratam de dúvidas recorrentes e crescentes sobre a atuação da psicologia no sistema judiciário, abrangendo questões sobre perícias, quesitos técnicos e relatórios ligados ao depoimento especial e outras áreas multiprofissionais. Ela ressaltou que a comissão atua de forma ativa, não apenas respondendo a demandas, mas também buscando promover uma atuação de qualidade para os profissionais e para a sociedade, representando o Paraná no debate sobre a atuação no contexto judiciário. Ao finalizar, a Psicóloga mencionou que uma pauta importante foi levantada pelo grupo e será legada à próxima gestão: a necessidade de se fomentar a criação de mais resoluções que normatizem especificamente os aspectos documentais da prática da psicologia jurídica. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga Flávia pela apresentação.

4.10. Comissão de Estudantes do Sudoeste. Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Jaqueline Tubin. A Conselheira Ana Lígia, dando prosseguimento aos informes, convidou a Psicóloga Jaqueline para apresentar um relatório conjunto sobre as atividades da comissão setorial do Sudoeste e da Comissão de Estudantes da mesma região. Em relação à Comissão de Estudantes, a Psicóloga Jaqueline informou

que a primeira reunião online ocorreu em 12 de junho, com mais de 30 participantes, onde foram definidos o cronograma e os temas dos encontros mensais. Ficou estabelecido que as reuniões seriam aos sábados, das 10h ao meio-dia, em formato híbrido, alternando o local presencial entre Francisco Beltrão e Pato Branco. O encontro de julho, em Beltrão, abordou a atuação social da psicologia e direitos humanos. O encontro de agosto foi substituído pela participação em um evento em Cascavel, sobre psicologia online, para o qual a comissão levou um ônibus com mais de 40 estudantes, uma iniciativa de grande sucesso e com fila de espera. O encontro de setembro ocorreu nesta mesma manhã, em Pato Branco, com o tema da saúde mental na graduação, motivo pelo qual ela não respondeu à chamada anterior. A comissão também prestou auxílio na organização do Fórum de Educação, com dez estudantes voluntários. Ela concluiu sua fala destacando o fato de esta ser a primeira Comissão de Estudantes formada em uma região sem uma sede do Conselho, o que tem gerado grande satisfação entre os estudantes, que relatam sentir como "mentira" a oportunidade gratuita de se aproximar do Conselho e debater temas relevantes. Agradeceu o apoio das funcionárias Vanelise e Lana, e das coordenadoras estudantis Heloísa e Suzane. A comissão planeja dar seguimento ao cronograma de encontros, com os temas de Psicologia e Comunidade LGBTQIA+ em outubro, Psicologia Antirracista em novembro, e Psicologia e Direitos Humanos em dezembro. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga Jaqueline, enaltecendo a importância de ambas as ações: o trabalho de território da comissão setorial e a aproximação dos futuros profissionais promovida pela Comissão de Estudantes.

4.11. Comissão de Mulheres. Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Marli. A Conselheira Ana Lígia anunciou a apresentação da Comissão das Mulheres, convidando a Psicóloga Marli Nunes para relatar as atividades. Marli Nunes iniciou sua fala expressando gratidão a todo o XV Plenário pelo apoio recebido, que segundo ela, foi fundamental para a realização de todas as atividades. Ela contextualizou que a comissão teve uma trajetória diferenciada, passando por um processo de completa desarticulação, ficando sem membros nos meses de junho, julho e agosto de 2024. Relatou que, com o incentivo da presidência para não desistir da pauta, e mesmo sentindo que não possuía a bagagem necessária, mas sim uma grande vontade de contribuir, iniciou-se um trabalho de reconstrução. Este recomeço se deu em setembro de 2024, quando, a partir de duas integrantes, foram redefinidas as estratégias e reafirmado o compromisso com a pauta dos direitos das mulheres. Em outubro, a comissão participou de eventos municipais, com destaque para o debate sobre violência e políticas públicas, e começou a ampliar os vínculos com coletivos de Psicólogas em todo o Paraná, período em que surgiram as primeiras discussões sobre a sobrecarga feminina. Em novembro, a participação na Marcha do Orgulho Crespo, juntamente com a Comissão Étnico-Racial, foi descrita como um momento pivotal que forneceu a energia para a continuidade do trabalho. Após um recesso em dezembro, o ano de 2025 marcou um grande crescimento para a comissão. A Psicóloga relatou que, a partir de um evento realizado em fevereiro com o apoio da gestão, houve uma procura muito grande de mulheres interessadas em integrar e colaborar com o grupo, o que permitiu que o trabalho fluísse. Ela destacou as ações de rua em março e a importância do debate sobre o papel político da mulher. Compartilhou sua experiência como suplente no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, onde observou que os temas de classe, gênero e violência, que a comissão começou a reestruturar em 2024, são agora pautas centrais em esferas mais amplas da sociedade, envolvendo a OAB, advogadas e vereadoras, o que a fez sentir-se realizada ao perceber que o CRP é visto como avançado nessas discussões. De forma sucinta, informou que a comissão participou do Encontro Paranaense de Psicologia, esteve presente em todas as plenárias, realizou quatro reuniões em 2024 e sete em 2025, e hoje conta com 28 mulheres. Mencionou também a realização, em agosto, de uma jornada sobre os desafios da mulher entre o cuidado, o trabalho e o reconhecimento, que foi um grande

sucesso. Ao finalizar, a Psicóloga Marli Nunes fez uma defesa veemente da continuidade do trabalho da comissão, independentemente da gestão ou da coordenação. Argumentou que cessar esse trabalho representaria uma forma de violência e silenciamento disfarçado dentro de um espaço de poder como o CRP, que possui grande peso e representatividade na sociedade, e reafirmou que a pauta das mulheres é a base para a transformação social. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga, reconhecendo a potência da comissão manifestada em sua fala. **4.12. Comissão da Criança e do Adolescente.** Apresentação do Relatório de Atividade. Apresentação: Fernanda. A Conselheira Ana Lígia, agradecendo às comissões anteriores por sua profundidade e contribuição à gestão, anunciou a apresentação da Comissão da Criança e do Adolescente, convidando a Psicóloga Fernanda Stresser para relatar as atividades. A Psicóloga Fernanda Stresser iniciou sua fala descrevendo a trajetória da comissão, que começou em 2023 como um núcleo dentro da Comissão de Direitos Humanos. Desde essa fase inicial, o grupo já participava das plenárias e detinha a coordenação do Fórum de Direitos da Criança e do Adolescente de Curitiba e Região Metropolitana, período em que iniciaram um mapeamento de demandas e prioridades. Em outubro de 2024, o núcleo foi oficializado como uma comissão autônoma, consolidando um trabalho que, segundo ela, já vinha sendo realizado com essa envergadura. Ainda em 2024, a comissão colaborou com o Centro de Defesa Marista na campanha "Defenda-se", revisando o roteiro de um vídeo educativo destinado a crianças e adolescentes; produziu material para o Plenário de Direitos Humanos; e seus membros, Fernanda e Leandro, atuaram como delegados nas conferências municipal, estadual e nacional da criança e do adolescente, onde propuseram moções. O grupo também atuou como proponente de uma audiência pública sobre denúncias em uma instituição de acolhimento. No ano de 2025, a comissão permaneceu na coordenação do Fórum DCA, realizando uma importante reunião na sede de Curitiba, e, em articulação com o Conselho Federal de Psicologia, trouxe para o debate estadual pautas nacionais como "Orfandade e Direitos" e "Criança não é mãe", atuando em espaços de controle social e construção de políticas públicas. Deste trabalho, a comissão passou a co-coordenar o Comitê Estadual de Orfandade e Direitos, representando o Paraná, juntamente com a Psicóloga Simone, em um seminário nacional sobre o tema em Brasília. A atuação resultou também na elaboração de um artigo para a revista Contato e na participação em um bem-sucedido seminário intercomissões sobre o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes. A Psicóloga apresentou os quatro membros oficiais da comissão, Bianca, Lu, Leandro e ela própria, destacando suas áreas de atuação na socioeducação, no Tribunal de Justiça e na clínica, e a militância em espaços de controle social. Ela relembrou um evento marcante realizado na sede do Conselho, que promoveu a escuta de mais de 30 adolescentes do sistema de garantia de direitos, que falaram sobre saúde mental. Para concluir, a Psicóloga Fernanda Stresser compartilhou uma poesia de Thelma, Psicóloga e poetisa, intitulada "A Medida da Força do Ato", que segundo ela, reflete o espírito de conquista coletiva e a participação da comissão no Plenário. Finalizou com um agradecimento especial à Conselheira Ana Lígia, a toda a equipe técnica do Conselho, pelo apoio e acolhimento, e a todo o Plenário. A Conselheira Ana Lígia agradeceu à Psicóloga pela apresentação, reconhecendo o percurso da Comissão da Criança e do Adolescente desde sua formação como núcleo até sua consolidação como um importante espaço de articulação, produção de conhecimento e incidência política na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. **4.13. Comissão Transcentrada.** A Conselheira Ana Lígia convidou os representantes da Comissão Transcentrada para apresentarem seu relatório de atividades. Iniciaram a apresentação os psics. Frank, Beti Clarão e Osaki Anna. Osaki Anna, em nome do grupo, procedeu à leitura do relatório, explicando que a comissão, atualmente composta por doze membros, tem como função principal, por meio de revisões técnicas e eventos, orientar os profissionais de psicologia para o

desenvolvimento de melhores práticas clínicas com a população LGBTQIAPN+, com ênfase em pessoas dissidentes e na visibilidade de profissionais da própria comunidade. A comissão atua sob uma perspectiva transfeminista para reforçar a importância de práticas institucionais antitransfóbicas e justifica sua composição exclusiva de pessoas trans como necessária para garantir uma fiscalização e orientação mais competente. O trabalho também inclui o letramento de gênero para combater desigualdades. Diante da realidade do Brasil como o país que mais mata pessoas trans no mundo, um dos focos estratégicos do grupo é a construção de documentos que evidenciem a urgência de abordar as violências sofridas por essa população, inclusive em espaços clínicos. Relatando as atividades desde a reestruturação da comissão, Osaki informou que, a partir de julho do ano anterior, o grupo iniciou suas reuniões de planejamento estratégico. Em setembro de 2024, Osaki e Beti participaram de um seminário em Salvador, onde falaram sobre interseccionalidade na clínica. Em outubro, o Psic. Tate representou a comissão em um evento do CFP sobre os 25 anos da Resolução 001/99. Em dezembro, o grupo realizou a revisão de uma nota técnica do CRP sobre o uso do nome social para estudantes e menores de 18 anos. O ano de 2025 começou com a execução do planejamento, mas em janeiro a comissão enfrentou um episódio de censura, quando um conteúdo orientativo para o Dia da Visibilidade Trans foi barrado das redes sociais do Conselho. A justificativa recebida foi o uso de neolinguagem e de vocabulário relacionado a identidades não binárias, como o termo "boyceta", sob o argumento de que as pessoas não estariam prontas para o debate, um fato que, segundo ele, foi e continua sendo polêmico. Em fevereiro, Beti participou do Encontro Paranaense de Psicologia, falando sobre protagonismo transmasculino não binário, e entre março e maio, a comissão realizou suas reuniões ordinárias mensais para dar seguimento aos projetos. A Conselheira Ana Lígia agradeceu a Osaki Anna e aos demais representantes. **5.**

Assessoria Técnica de Pesquisas/ CREPOP. 5.1. Apresentação de relatório de Atividades. Apresentação: Cons. Kathia e Altieres. A Conselheira Kathia iniciou a apresentação da pauta, relatando o desafio de resumir os três anos de trabalho da Comissão de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Explicou que o CREPOP é uma comissão do Conselho Federal de Psicologia que atua em rede, com representação em 24 Conselhos regionais. Agradeceu a presença do Psicólogo Altieres, assessor de pesquisas do CRP-PR, cujo trabalho abrange as atividades do CREPOP e muitas outras frentes de pesquisa. A Conselheira expressou sua gratidão pela oportunidade de participar da comissão, destacando sua paixão pela área de políticas públicas, na qual atua como trabalhadora da assistência social. Relatou que a experiência no CREPOP foi um grande incentivo para conectar sua prática profissional com a teoria e a produção de pesquisa, fortalecendo sua luta em um campo marcado por precarização e retrocessos. Ela passou a detalhar uma das principais atividades da comissão: a realização de consultas públicas. Explicou que, antes de o Conselho Federal lançar uma nova referência técnica para a categoria, é realizado um ciclo de pesquisas que ouve os profissionais da área. Um documento preliminar é então devolvido à categoria para que todos possam oferecer críticas, sugestões e contribuições. No Paraná, a comissão organizou diversas reuniões de consulta pública para debater esses materiais e consolidar as sugestões do estado a serem enviadas ao CFP. As temáticas abordadas nessas consultas foram: mulher em situação de violência, direitos sexuais e reprodutivos, povos quilombolas, gestores do SUAS, população em situação de rua, controle social e pessoas idosas. A Conselheira estimou que mais de 100 profissionais de diversas regiões do estado participaram desses encontros, presenciais e online, o que representou um ganho imenso ao levar em conta as dificuldades e a realidade da prática profissional. Mencionou também outras atividades relevantes, como a mostra da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que incluiu a premiação de um trabalho de Curitiba sobre equipes multiprofissionais e o fechamento do complexo médico penal, além de um evento sobre o tema realizado

em Londrina. Destacou ainda a participação em reuniões de formação da rede CREPOP em Brasília e o envolvimento do assessor Altieres na revisão da metodologia de pesquisa da rede, representando a região Sul, com o objetivo de construir um modelo mais participativo, menos positivista e que abarque a complexidade do Brasil. Ao final, passou a palavra a Altieres para complementar a apresentação. O Psicólogo e assessor técnico de pesquisas, Altieres, iniciou sua fala parabenizando pela inauguração da nova sede de Cascavel. Ele corroborou a fala da Conselheira Kathia, afirmando que o volume de trabalho dos últimos três anos justificaria um seminário inteiro e que, portanto, sua fala seria breve. Ele ressaltou um ponto histórico importante: o CRP-PR não aderiu à rede CREPOP há três gestões, e a atual gestão retomou essa participação, passando a compreender o processo e, inclusive, a questionar pontos da metodologia. Ele detalhou os ciclos de pesquisa nacionais nos quais o Paraná participou: em 2022, sobre a atuação nas políticas públicas para pessoas com deficiência; em 2023, para a construção de referências técnicas no sistema de justiça; e em 2024, sobre as Equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei, em decorrência do fechamento dos manicômios judiciais. Explicou que esses ciclos ainda estão em fase de produção e não se tornaram referências técnicas finalizadas. Aprofundando a crítica à metodologia, Altieres explicou o movimento nacional do qual o CRP-PR faz parte, que questiona o modelo em que uma comissão externa de especialistas avalia a pesquisa, com uma participação muito tímida dos técnicos que a realizaram em campo. A defesa é por um modelo que reconheça que os pesquisadores se tornam especialistas no tema ao longo do processo, propondo um modelo de pesquisa em rede, rizomático, que não seja colonial ou positivista. Usou a expressão "a rede Crepop é um suco de Brasil" para ilustrar a diversidade e complexidade que precisam ser contempladas. O assessor técnico informou que seu trabalho vai além do CREPOP, englobando outros projetos. Citou a revista "Cadernos de Psicologia", informando que estão em andamento as edições nº 7 (com trabalhos premiados na mostra RAPS) e nº 8 (uma edição volumosa com cerca de 40 textos, que será impressa com recursos de um edital de R\$ 27.000,00 do CFP). Listou as edições publicadas no triênio e mencionou que a equipe está trabalhando para restaurar o acesso online aos textos, que foi afetado por um ataque hacker ao site do CRP-PR. Destacou também a participação da assessoria em campanhas, como a do Dia da Luta Antimanicomial (18 de maio). Comentou que a campanha deste ano, com o mote "CAPS não é meme", estava em sintonia com um sentimento nacional, sendo replicada ou inspirada por diversas prefeituras, o que demonstra uma leitura de contexto bem-sucedida. Por fim, celebrou a retomada do projeto "Cartografia da RAPS", com uma recente imersão de campo na região de Londrina, e cujos resultados parciais serão apresentados em um evento próximo. Para finalizar, expressou publicamente sua gratidão e alegria pela parceria de trabalho com a Conselheira Kathia ao longo dos três anos. A Conselheira Ana Lígia, em tom de brincadeira, refutou a humildade de Altieres, afirmando que a campanha do 18 de maio foi de fato copiada por outras instituições, dado o seu sucesso. Elogiou a campanha como "sensacional" e de um nível de criatividade ímpar, destacando o reconhecimento recebido por todo o Sistema Conselhos pela sua capacidade de inverter a lógica de um meme para uma defesa construtiva da política pública. Concluiu afirmando que o trabalho reflete a filosofia da gestão de promover ações coletivas que espelham a pluralidade da categoria profissional e de suas reflexões. Ao final da apresentação, que teve caráter de informe e balanço das atividades, o Plenário tomou ciência do vasto trabalho realizado pela comissão e pela assessoria de pesquisa. Foi acolhida a sugestão dos apresentadores de que Conselheiros e a categoria em geral busquem conhecer e se apropriar das produções, sendo convidados a acessar as referências técnicas no site do CREPOP, os artigos na revista "Cadernos de Psicologia" e as atualizações do projeto "Cartografia da RAPS" em seu perfil no Instagram. **6. Comissões Gestoras.**

6.1. Cascavel. Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Gestora. Apresentação: Claudia, Silvana e Gabriela. A Conselheira Ana Lígia deu início à apresentação da Comissão Gestora de Cascavel, solicitando que os representantes fossem breves devido ao avançado da hora, mas ressaltando a importância de que cada comissão pudesse relatar seu trabalho. A Psicóloga Cláudia Barbosa iniciou a apresentação em nome do trio de representantes, composto por ela, Gabriela e Silvana. Ela contextualizou que o trabalho da gestora começou em um cenário onde não havia representação da gestão na região. A partir de conversas com a gestão estadual e do reencontro com a Psicóloga Gabriela, iniciou-se um movimento para retomar as atividades, ao qual a Psicóloga Silvana se juntou. A Psicóloga Cláudia Barbosa destacou que, embora o cansaço seja uma constante, o levantamento das atividades realizadas revelou a dimensão do trabalho e que o grande destaque do período foi a articulação e criação de comissões locais. Ela então listou as comissões formadas: a Comissão de Psicologia Escolar e Regional, coordenada por Jussara, que foi a primeira e mais duradoura, sendo fundamental para a manutenção dos trabalhos na região; a Comissão de Estudantes de Psicologia, conduzida pela professora Silvana, que se mostrou extremamente participativa em todas as ações; a Comissão da Psicologia na Assistência Social, também iniciada por Silvana; e, mais recentemente, a Comissão de Orientação para Início de Carreira, um grupo novo e com grande potencial. Em seguida, a Psicóloga Silvana Lopes, após fazer sua autodescrição como uma mulher branca de cabelos vermelhos, passou a relatar especificamente as atividades da Comissão de Estudantes, da qual assumiu a coordenação em 2024 por convite da gestão. Ela reforçou que a comissão sempre buscou envolver os estudantes nas ações das outras comissões, e que após uma reunião inicial com a funcionária Vanessa, onde se discutiu a importância da pauta, diversos eventos foram realizados. O destaque de 2024 foi o "Primeiro Encontro nas IES", que reuniu seis ou sete instituições de ensino superior de Cascavel e região, incluindo FAG, UNIPAR, Univel, Anhanguera e Unioeste. O evento, que teve cerca de 820 inscrições e lotou o auditório da FAG, foi considerado um marco na aproximação entre as IES, professores, estudantes e o CRP-PR. Para relatar as atividades de 2025, foi exibido um vídeo sobre o evento "Psicologia Online: Ética, Segurança e Redes Sociais", promovido pela comissão em 28 de agosto em celebração ao Dia do Psicólogo. O evento reuniu profissionais, estudantes e professores para debater a ética, a segurança digital e os desafios da psicologia nas redes sociais, com uma programação que incluiu um sarau e palestras, sendo um momento de troca e aprendizado. A Psicóloga Silvana concluiu afirmando que o sucesso das ações evidencia o trabalho realizado e a crescente mobilização dos estudantes de psicologia. A Conselheira Ana Lígia interveio para expressar que a necessidade de limitar o tempo era, ao mesmo tempo, ruim e boa, pois demonstrava o grande volume de trabalho e o envolvimento de muitas pessoas no projeto, pedindo desculpas pela pressa, reconhecendo o expressivo trabalho de rearticulação e descentralização das ações na região, com destaque para a criação de múltiplas comissões temáticas e o sucesso na mobilização da comunidade acadêmica e profissional, evidenciado pelos eventos de grande porte promovidos pela Comissão de Estudantes.

6.2. Foz do Iguaçu. Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Gestora. Apresentação: Samuel Cabanha. O Psicólogo Samuel Cabanha iniciou sua fala expressando a satisfação em ter estado à frente dos trabalhos, que foram retomados em outubro do ano anterior. Ele estendeu seus agradecimentos a todo o XV Plenário, com menção especial à Comissão Gestora estadual e às diretorias técnicas, em particular à coordenação das comissões. A principal estratégia adotada pelo grupo, segundo ele, foi a aproximação entre as Instituições de Ensino Superior (IES), os estudantes e a categoria profissional, utilizando a realização de eventos como principal ferramenta para alcançar esse objetivo. Em um balanço das atividades realizadas nos últimos dez meses, ele informou que a comissão gestora realizou doze reuniões, havendo meses com dois encontros para o alinhamento de eventos. A

Comissão de Estudantes local realizou nove reuniões. A comissão gestora marcou presença em nove reuniões plenárias, e os representantes da Comissão de Estudantes participaram de cinco, incluindo a plenária realizada em Foz do Iguaçu. A comissão promoveu uma série de eventos, começando em 9 de dezembro de 2024 com uma atividade que contou com a presença do assessor Altieres na Faculdade do Iguaçu. Em 24 de fevereiro de 2025, foi realizado um evento na Uniamérica com a exibição e debate do documentário "Estamira". Em maio, ocorreu o Seminário da Saúde da Pessoa Trabalhadora. No mês de agosto, a comissão inovou com o formato "Ciência Itinerante", realizando quatro eventos em locais de comércio da cidade para levar a psicologia para fora dos muros acadêmicos. O Psicólogo informou sobre dois eventos que ocorreram após o envio do relatório escrito: um no dia 12 de setembro com o tema "Psicologia, Raça e Racismo: um debate necessário", e um último evento programado para o dia 22 de setembro, que abordaria a obra "A Metamorfose" de Franz Kafka. A Conselheira Ana Lígia, ao final da apresentação, agradeceu ao Psicólogo Samuel pela solidariedade em ser breve e enalteceu a comissão gestora de Foz do Iguaçu por ser extremamente atuante e agregadora, destacando que o grupo é composto por pessoas de diferentes vertentes políticas.

6.3. Londrina. Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Gestora. Apresentação: Kathia, Kaio. a Conselheira Ana Lígia convidou o Psicólogo Kaio Pacheco para apresentar o relatório da Comissão Gestora e da Comissão de Estudantes de Londrina. O Psicólogo Kaio Pacheco iniciou sua fala fazendo sua autodescrição e relatando as articulações pontuais que as comissões vêm realizando. Deu como exemplo a visita à Universidade Estadual de Londrina (UEL) no início do ano, em uma ação conjunta das duas comissões para convidar estudantes a participarem. Ele explicou que a estratégia geral é tomar a iniciativa de se envolver nos eventos da região, seja na organização ou como colaboradores, a fim de promover uma articulação efetiva com os estudantes e as comissões. No que tange à Comissão Gestora, o principal movimento tem sido a tentativa de reaproximar as diversas comissões temáticas locais da própria comissão gestora, buscando retomar um diálogo e torná-lo mais frequente e efetivo nos próximos meses, com o objetivo de fortalecer a atuação de todos os grupos e a participação das instituições de ensino da região. Sobre a Comissão de Estudantes de Londrina, ele informou que têm sido realizadas reuniões mensais sobre temas diversos, que têm atraído não apenas estudantes, mas também profissionais interessados nos debates, como o recente encontro sobre a atuação da psicologia com pessoas em situação de rua. A comissão está implementando uma nova estratégia de realizar as próximas reuniões de forma itinerante, em cada uma das seis universidades com curso de psicologia na cidade, buscando dialogar com estudantes, professores e coordenadores. Observou que essa abordagem tem atraído até mesmo pessoas de outras áreas, demonstrando o potencial da comissão para dialogar com a sociedade e fortalecer a psicologia. Em seguida, ele passou a palavra à Psicóloga Kathia para finalizar a apresentação. A Psicóloga Kathia, apesar do tempo exíguo, anunciou que, para encerrar os trabalhos da gestão, a comissão gestora está organizando um grande evento na próxima segunda e terça-feira, em parceria com a UEL e a PUC de Londrina. O evento, intitulado "Seminário de Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos", contará com a participação de diversos atores do território, mesas redondas, oficinas e fóruns, e visa dar continuidade ao trabalho iniciado há um ano. A Conselheira Ana Lígia agradeceu aos representantes de Londrina.

6.4. Maringá. Apresentação do Relatório de Atividades da Comissão Gestora. Apresentação: Andressa. A Conselheira Ana Lígia convidou a Psicóloga Andressa Santana para apresentar o relatório da Comissão Gestora de Maringá. A Psicóloga Andressa Santana iniciou sua fala relatando sua trajetória no Conselho, que começou em 2019 na Comissão de Psicologia na Assistência Social e culminou com sua participação na Comissão Gestora a partir de 2023, juntamente com outros colegas e em articulação com os Conselheiros da região, como Mário. Após algumas

reformulações, a comissão gestora atual é composta por ela, Márcia, Caísa e Tiago. Ela expressou profunda gratidão à equipe de apoio técnico do Conselho, mencionando Iana, Gabie e Vanelise como essenciais, e agradeceu de forma especial à equipe de comunicação pelo suporte. O foco principal de sua apresentação foi a atuação conjunta e integrada entre a Comissão Gestora e a Comissão de Estudantes de Maringá. Explicou que as duas comissões realizam reuniões e eventos abertos em conjunto, direcionados às sete instituições de ensino superior da cidade e, dependendo do tema, abertos também à participação de profissionais da categoria. Foram realizadas diversas atividades em 2023 e 2024, incluindo encontros nas IES, que contaram com a presença de membros da gestão e da equipe do Conselho. Uma ação de destaque, segundo ela, foi a realização de reuniões específicas com professores e coordenações de curso, um trabalho de articulação que contou com o apoio do Conselheiro Sérgio, além da participação de outros Conselheiros em eventos locais. Mencionou ainda a manutenção de um grupo de WhatsApp com mais de mil profissionais de psicologia, que serve como um importante canal de divulgação das ações do CRP e dos eventos locais. Em seguida, ela passou a palavra à Psicóloga Mable Andrade para concluir a apresentação. A Psicóloga Mable Andrade, recém-formada, iniciou sua fala compartilhando sua trajetória de envolvimento com o CRP, que começou desde seu primeiro ano de graduação. Ela afirmou ter sido "formada pelo CRP" ao longo de sua graduação, considerando a experiência um grande motivo de crescimento e expressando imensa gratidão a toda a equipe do Conselho. Defendeu a continuidade da Comissão de Estudantes, especialmente em um polo universitário grande e receptivo como Maringá. Relatou que a comissão possui um contato direto e recíproco com os professores das faculdades, que valorizam o espaço por abordar temas que por vezes são velados no ambiente acadêmico. Para ela, crescer com o CRP foi fundamental para entender que a psicologia e a política não são neutras, e ter essa visão para além da universidade é muito positivo. Concluiu sua fala afirmando sentir que teve uma dupla graduação, na faculdade e no CRP, e que agora, como profissional, representava a voz da Comissão de Estudantes. A Conselheira Ana Lúcia agradeceu às Psicólogas Andressa e Mable pela apresentação. **7. CARPE.** Comissão de Análise para Concessão de Registros de Psicólogo Especialista. Apresentação: Claudia Barbosa. A Psicóloga Cláudia Barbosa iniciou sua apresentação expressando a alegria pela aquisição da nova sede de Cascavel, um processo que pôde acompanhar de perto e que considera um passo de grande importância e um ganho significativo para a profissão na região. Em seguida, a Psicóloga Cláudia Barbosa passou a discorrer sobre as atividades da Comissão de Análise e Registro de Psicólogos Especialistas (CARPE), contando com o suporte administrativo fundamental da funcionária Cláudia Tancon, responsável pela organização e trâmite de toda a documentação. Ela detalhou o funcionamento da comissão, informando que são realizadas reuniões mensais, geralmente na segunda terça-feira de cada mês, nas quais são analisados, em média, 20 processos de solicitação de título de especialista. A Psicóloga ressaltou ter observado que muitos profissionais da psicologia ainda desconhecem a existência da CARPE e a possibilidade de obter o registro de especialista por meio da análise documental. O fluxo de trabalho consiste no recebimento dos processos enviados pelos profissionais, que passam por uma triagem inicial realizada pela área administrativa. Posteriormente, os processos são encaminhados por e-mail às integrantes da comissão para análise e parecer técnico. A resposta final é então comunicada ao profissional solicitante pela equipe técnica do Conselho. A Psicóloga Cláudia Barbosa especificou que as análises são pautadas em normativas do Conselho Federal de Psicologia, sendo elas a Resolução CFP nº 23/2022 e a Resolução CFP nº 13/2007 (aplicada a depender da data de conclusão do curso de especialização), além da recente Resolução nº 17/2025, que versa sobre as residências profissionais. As treze áreas de especialidade passíveis de titulação foram elencadas: Psicologia Escolar/Educacional, Psicologia Organizacional e do Trabalho,

Psicologia de Tráfego, Psicologia Jurídica, Psicologia do Esporte, Psicologia Clínica, Psicologia Hospitalar, Psicopedagogia, Psicomotricidade, Psicologia Social, Neuropsicologia, Psicologia em Saúde e Avaliação Psicológica. Apresentou dados quantitativos referentes às análises realizadas no período de 2022 a 2025. Para cada especialidade, foram informados os números de processos deferidos (aprovados) e indeferidos (reprovados), destacando a Psicologia do Tráfego como uma área que apresenta maior volume de solicitações e, conseqüentemente, mais desafios na análise documental. Notou-se, em contrapartida, a ausência de solicitações para a área de Psicologia do Esporte. Também foram apresentados os números totais de registros de especialistas ativos no Paraná, demonstrando a prevalência de especialistas nas áreas de Psicologia do Tráfego (700), Psicologia Clínica (737) e Neuropsicologia (227). As principais razões para o indeferimento de processos, segundo a Psicóloga, são: o envio de documentação incorreta ou incompleta, a solicitação de título para uma área de especialidade equivocada em relação à formação apresentada e, principalmente, falhas na interpretação das resoluções por parte dos solicitantes. Diante do trabalho realizado e dos desafios identificados, a Psicóloga apresentou as seguintes sugestões e propostas de encaminhamento para a continuidade dos trabalhos da comissão: 1. Mapeamento: Realizar um mapeamento detalhado dos profissionais ativos no Paraná que já possuem títulos de especialista registrados; 2. Formação Continuada: Promover encontros com frequência semestral, abertos à categoria, com o objetivo de elucidar o funcionamento da CARPE, os requisitos para a titulação e as normativas pertinentes. 3. Articulação Nacional: Manter um contato próximo e contínuo com o Conselho Federal de Psicologia para garantir a participação de representantes do CRP-PR nas decisões e reuniões da CARPE em âmbito nacional, a exemplo da reunião ocorrida em agosto de 2024. Para encerrar, Cláudia destacou a realização do evento "Virei Especialista, e Agora?", ocorrido no dia 15 de setembro de 2025. O evento contou com a participação do Conselheiro Federal Jefferson Bernardes e validou a percepção da comissão sobre a necessidade de mais atividades informativas, uma vez que confirmou a grande dificuldade que os profissionais têm para interpretar a documentação necessária. A atividade foi considerada um sucesso, com 750 inscrições e a participação efetiva de mais de 50 pessoas, demonstrando o grande interesse da categoria pelo tema. Finalizou sua fala agradecendo novamente a colaboração da funcionária Cláudia Tancon, peça chave no funcionamento da comissão.

8. Comissões Setoriais. 8.1. Setorial Sudoeste. Apresentação: Jaqueline. Iniciando pela comissão regional, da qual faz parte há dez meses, ela relatou as principais atividades. Em maio, em um trabalho conjunto com a Comissão de Estudantes, foram realizados encontros com as Instituições de Ensino Superior (IES) da região. A Gerente Técnica, Vanelise, esteve presente por três dias, período no qual participaram da jornada acadêmica da Unidep, em Pato Branco, onde Jaqueline ministrou uma fala sobre o Código de Ética em 7 de maio, aproveitando a oportunidade para convidar os estudantes para a comissão. A visita se estendeu às outras três IES da região, que somam quase 900 estudantes de psicologia. Concomitantemente, a comissão regional promoveu uma roda de conversa presencial com profissionais na UNIPAR, em Francisco Beltrão, com o objetivo de colher demandas sobre a aproximação do Conselho com a região. O encontro contou com a presença dos Conselheiros Sérgio e Fabiola, e na ocasião foram distribuídos exemplares dos Cadernos de Psicologia e do Código de Ética aos profissionais e estudantes. Outra ação destacada foi a reativação de um grupo de WhatsApp para os Psicólogos da região, que hoje conta com quase 400 membros e tem sido uma ferramenta eficaz de comunicação, conforme retorno positivo da categoria.

9. Comissão Permanente. 9.1. Informe sobre a Resolução CRP-08 N.º 004/2025 - Dispõe sobre a criação e o funcionamento dos Núcleos de Psicologia e Povos Indígenas e de Psicologia e Negritudes da Comissão Permanente Étnico-Racial, estabelecendo sua intencionalidade, composição, coordenação, representação, participação em

eventos externos e possibilidade de novos Núcleos no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região (CRP-08). Apresentação: Pamela. Após as apresentações dos núcleos que compõem a Comissão Étnico-Racial, a Conselheira Pamela tomou a palavra para um informe complementar e final sobre a comissão, parabenizando inicialmente a Psicóloga Júlia por sua apresentação. A Conselheira informou ao Plenário sobre a formalização da estrutura de funcionamento da comissão, lembrando que, em uma plenária anterior realizada em Foz do Iguaçu, foi aprovada uma nova processualidade de trabalho baseada em núcleos. O seu informe foi para comunicar que essa decisão foi agora consolidada por meio de uma resolução específica, que já se encontra devidamente assinada e protocolada. Ela explicou que esta resolução não apenas institui oficialmente a organização da Comissão Étnico-Racial neste modelo de grupos de trabalho, mas também representa um marco para o Conselho, sendo a primeira resolução a normatizar o funcionamento interno de uma comissão. Desta forma, o documento detalha toda a experiência de trabalho do grupo e organiza suas rotinas, servindo como um guia claro para a continuidade das atividades e para a orientação de novos membros que venham a integrar a comissão no futuro. Ao finalizar seu informe, a Conselheira Ana Lígia agradeceu à Conselheira Pamela. **10. Comissões Permanentes (COF, COE, CDH, CER). 10.1. Núcleo psicologia e povos indígenas.** Apresentação Ananda. A Conselheira Ana Lígia deu início à apresentação dos informes da Comissão Étnico-Racial e seus núcleos, convidando a Psicóloga Ananda para apresentar o relatório do Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas. A Psicóloga Ananda prosseguiu, realizando a leitura de um relatório elaborado coletivamente, cobrindo as atividades do núcleo de 2022 a 2025. O relatório posiciona a presença do núcleo no Conselho Regional de Psicologia do Paraná, desde 2022, como um ato de resistência e afirmação da necessidade de os Psicólogos indígenas participarem ativamente da construção da ciência e da profissão, trazendo suas pautas e saberes. Ao longo dos últimos anos, o núcleo marcou presença em diversos seminários e encontros estaduais e nacionais, como o Acampamento Terra Livre e a Marcha das Mulheres Indígenas em Brasília, sempre pautando a centralidade das questões indígenas. A atuação se estendeu a debates sobre saúde mental, direitos humanos, segurança pública, educação e avaliação psicológica, além de diligências em territórios indígenas no Oeste do Paraná, em um movimento de levar o CRP aos territórios e trazer os territórios para dentro do CRP. No campo da produção de conhecimento, o núcleo publicou artigos e entrevistas na revista Contato e foi coautor do livro "Raízes que Tecem no Cuidado: Psicologia e Povos Indígenas", uma construção coletiva da comissão. O grupo também abriu caminhos através de articulações com a Defensoria Pública e outros órgãos de defesa dos direitos indígenas, construindo um grupo de trabalho sobre a violência contra os povos indígenas e provocando o debate interno no Conselho sobre racismo e colonialidade. A Psicóloga ressaltou a importância dos materiais produzidos para as comunidades indígenas, que os utilizam para estudos e conscientização sobre a proteção de sua identidade, seu corpo-território e para pensar caminhos de cura para o trauma colonial. Ela afirmou que essa atuação tensiona a psicologia a reconhecer os saberes indígenas como legítimos e a expandir seu alcance profissional, reconhecendo os povos originários como protagonistas na construção do cuidado. Concluindo a leitura, Ananda afirmou que a presença do núcleo no CRP é a continuidade das lutas ancestrais e um movimento para que o sistema Conselhos se mantenha aberto e comprometido com a transformação social. Explicou que a escolha por uma leitura de um texto coletivo foi proposital, para que ficasse registrado em ata o desejo e a sugestão para que a próxima gestão dê continuidade ao trabalho. Ela compartilhou que já há evidências do alcance do trabalho, como no lançamento do livro, quando indígenas levaram os materiais para suas comunidades. Finalizou com um agradecimento especial à gestão pela abertura, pela parceria e pela oportunidade de aproximar a categoria profissional das questões indígenas. **10.2. Núcleo Psicologia**

e negritudes. Apresentação: Júlia. Dando continuidade à apresentação da Comissão Étnico-Racial, a Psicóloga Júlia Gindre tomou a palavra para relatar as atividades do Núcleo de Psicologia e Negritudes. Ela iniciou contextualizando a trajetória da Comissão Étnico-Racial (CER), que começou seus passos em 2014 e se tornou uma comissão permanente em 2022. Explicou a estrutura da comissão em núcleos, com o Núcleo de Psicologia e Povos Indígenas existente desde 2023 e o Núcleo de Psicologia e Negritudes, o qual ela representa, formado em 2025. Ressaltou que essa estrutura foi pensada para ser inclusiva e aberta à futura criação de outros núcleos, como de psicologia cigana ou de povos amarelos. A Psicóloga destacou a transversalidade como um princípio fundamental da comissão, argumentando que onde existem pessoas, existem relações marcadas pela raça, que ela definiu como uma relação de subordinação. Por essa razão, a CER faz questão de atuar de forma transversal, marcando presença em todas as demais comissões. No que tange às principais contribuições, ela relatou a intensa mobilização por meio de eventos e palestras em faculdades, citando como exemplo uma fala sua sobre a prática clínica antirracista em Cornélio Procópio. A comissão também participou de grandes eventos acadêmicos como a ULAPSI e o congresso da ABRAPSO. Em uma demonstração de sua atuação transversal, participou da Marcha do Orgulho Crespo em conjunto com a Comissão de Mulheres e mantém uma participação ativa no Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), com Marli como Conselheira titular e ela como suplente. A atuação em âmbito regional foi marcada por uma participação ativa no Encontro Paranaense de Psicologia (EPP) e em seus eventos preparatórios. Uma iniciativa de destaque no EPP foi a criação de um prêmio para pesquisas de iniciação científica de graduandos e recém-formados na área de relações étnico-raciais, o que trouxe visibilidade e reconhecimento a esses trabalhos. A partir de um fórum sobre psicologia e negritude realizado no evento, foram criados grupos de trabalho que deram origem ao livro "Psicologia e Negritude: Saúde Mental", que compõe a trilogia produzida pela comissão e que se espera lançar no congresso COPENE Sul. Ela finalizou a lista de realizações mencionando a manutenção de uma coluna regular na revista Contato e a publicação de um caderno especial na revista Cadernos de Psicologias, intitulado "Vozes Negras". A Psicóloga Júlia Gindre concluiu sua apresentação. **10.3. Comissão de Orientação e Fiscalização.** A Presidenta convidou a Psicóloga Camila Crestani Colombo para apresentar o relatório da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). A Psicóloga Camila, orientadora fiscal da COF em Cascavel, informou que, devido ao tempo exíguo, não utilizaria a apresentação de slides que havia preparado. Ela destacou o desafio de apresentar o trabalho da COF, pois os números quantitativos não conseguem expressar a real dimensão e qualidade das ações. Informou que a comissão está passando por um processo de reformulação na sua forma de registrar as atividades para melhor representar o volume de trabalho, pois a preocupação histórica sempre foi com a qualidade em detrimento da quantidade. Enfatizou que os números apresentados estavam significativamente defasados, mas ainda assim eram impressionantes. A razão para essa defasagem, segundo ela, reside no método de registro anterior, que contabilizava um processo complexo como uma única ação. Para ilustrar, detalhou que uma única visita de fiscalização, que pode envolver mais de vinte ações distintas, como agendamentos, logística, a visita em si, preenchimento de documentos e emissão de ofícios de orientação, era registrada como apenas uma atividade. Essa reformulação está sendo auxiliada por uma nova funcionária com formação em administração, Renata, que está ajudando a reestruturar a contagem das atividades com uma lógica diferente da dos Psicólogos. Apresentando os dados parciais e subnotificados, referentes ao período de janeiro de 2025 até a presente data, ela informou que foram concluídas 2.126 orientações, com outras 59 em andamento ou abertas; e 460 fiscalizações foram concluídas, com outras 99 em andamento ou abertas. O total de ações registradas somente neste ano, portanto, foi de 2.744, um número que, reiterou, não reflete a totalidade do trabalho. A Psicóloga

ressaltou que a COF está presente em todos os contextos de atuação da psicologia e se articula com quase todas as comissões do Conselho, como a de Psicologia Jurídica, perpassando todos os seus setores. Explicou que as 'orientações' englobam uma vasta gama de comunicações, como e-mails, atendimentos presenciais e por videoconferência, ofícios e memorandos, enquanto as 'fiscalizações' não se limitam a visitas in loco, incluindo também fiscalizações online e de redes sociais. Devido à complexidade e ao volume de trabalho, ela concluiu sua breve apresentação colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas individualmente. A Psicóloga Ana Lígia agradeceu à apresentadora pela celeridade, reconhecendo que o trabalho da COF é imensamente maior do que o que pôde ser apresentado e referindo-se à comissão como o 'coração do Conselho'. **10.4. Comissão de Ética.** O Conselheiro Andrey foi convidado a relatar as atividades da Comissão de Ética (COE). O Conselheiro Andrey iniciou sua apresentação destacando o trabalho realizado no último ano, com um agradecimento especial à equipe de funcionários da comissão, composta por dois agentes administrativos e duas Psicólogas técnicas. O principal destaque, segundo ele, foi o crescimento exponencial do número de colaboradores, que quadruplicou, passando de quatro para dezesseis pessoas. Ele ressaltou que esse aumento faz uma enorme diferença no cenário atual, que é de um aumento significativo no número de denúncias éticas, uma realidade observada não apenas no Paraná, mas em todo o Brasil. Ele atribuiu esse aumento tanto à facilidade de registrar denúncias por meios digitais quanto, e principalmente, à quantidade de falhas éticas cometidas por profissionais em plataformas online. Apresentou dados quantitativos, informando que foram registradas 104 novas denúncias no ano corrente, e que a comissão lida com um total de 478 processos em andamento, carregando ainda as dificuldades do período da pandemia. Uma observação importante trazida por ele, ainda que de caráter informal e sem pesquisa formal, é a mudança no perfil das denúncias. Historicamente, as queixas mais comuns envolviam documentos psicológicos, mas atualmente há um volume muito grande de processos relacionados a posicionamentos equivocados de profissionais em redes sociais e aplicativos como WhatsApp, Instagram, Twitter e YouTube. O Conselheiro mencionou que o detalhamento completo das atividades constará no relatório de gestão, mas destacou a elaboração de alguns documentos importantes, como uma resolução que formaliza um auxílio de apresentação para os colaboradores, a atualização do procedimento de mediação e a revisão dos critérios para a nomeação de novos colaboradores. Relatou também a realização de um encontro de qualificação em parceria com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) há cerca de um mês. Ao finalizar, o Conselheiro Andrey expressou um agradecimento especial aos funcionários do Conselho que dão suporte à COE e, de forma particular, às dezesseis pessoas colaboradoras que realizam o trabalho voluntário de proteção à profissão. A Conselheira Ana Lígia agradeceu pela apresentação. **11. Informes. 11.1. Informe da Resolução que dispõe sobre a instalação da sede de Cascavel em local próprio.** Apresentação: Maurício. Dando continuidade à pauta, a Conselheira Ana Lígia introduziu o item seguinte, referente ao informe da resolução que dispõe sobre a instalação da subsede de Cascavel em um imóvel próprio, e concedeu a palavra ao gerente Maurício para que fizesse a apresentação. O gerente Maurício iniciou sua explanação, elucidando que a apresentação da resolução constitui um procedimento burocrático necessário para a devida documentação e registro histórico dos atos do Conselho, seguindo uma prática já estabelecida na aquisição de outras sedes. Ele informou que o documento a ser lido era a Resolução nº 05, datada de 20 de setembro de 2025, já aguardando a assinatura da Conselheira presidenta para sua formalização. Em seguida, o gerente Maurício procedeu à leitura integral do texto da resolução para o conhecimento e deliberação do Plenário. O documento, intitulado "Dispõe sobre a instalação da sede de Cascavel no local próprio", fundamenta a decisão nos seguintes pontos: A prerrogativa regimental do Conselho Regional de Psicologia do Paraná, contida no

artigo 87 de seu Regimento Interno, de criar subsedes e núcleos administrativos para descentralizar serviços e facilitar o acesso da categoria; A atribuição do Plenário, conforme o artigo 46 do mesmo regimento, de deliberar sobre assuntos de interesse recíproco das subsedes; A definição das subsedes como órgãos de apoio ao CRP-PR, de acordo com o artigo 76 do Regimento Interno; A deliberação específica do Plenário, ocorrida durante a 975ª Reunião Plenária, realizada em 06 de abril de 2025, que autorizou a aquisição do imóvel. A resolução, em sua parte dispositiva, resolve, em seu Artigo 1º, pela instalação da sede de Cascavel no novo endereço, um imóvel adquirido com recursos próprios da autarquia, localizado na Rua Minas Gerais, nº 2705, Sala 01, Centro, em Cascavel-PR, com base nos princípios administrativos de conveniência e oportunidade. O Artigo 2º da mesma resolução tem por objetivo dar visibilidade e publicidade à sociedade e aos inscritos sobre o funcionamento no novo endereço, cuja inauguração oficial ocorreu no dia 20 de setembro de 2025, às 16h00. O documento estabelece sua entrada em vigor a partir da data de sua assinatura. Ao final da leitura, o gerente Maurício informou que faria apenas uma última conferência dos dados no documento antes de colher a assinatura. **Encaminhamento:** Após a apresentação, a Conselheira Ana Lígia submeteu a resolução à aprovação do Plenário, utilizando o método de aprovação por aclamação, solicitando que eventuais objeções fossem manifestadas. Não havendo qualquer manifestação contrária ou objeção por parte dos Conselheiros presentes, a resolução foi declarada aprovada. A Conselheira Ana Lígia parabenizou o Conselho Regional de Psicologia pela aquisição de mais uma sede própria e, de forma especial, a categoria de Psicólogas e Psicólogos da região de Cascavel, que agora dispõe de um local próprio para a realização de reuniões e outras atividades. Ela ressaltou a importância de a categoria ter um espaço de referência e incentivou os profissionais de Cascavel presentes na plenária a se apropriarem do local, utilizando-o para produzir conhecimento, realizar encontros e movimentar o novo espaço. Ao final, tomou a palavra para realizar um pronunciamento de encerramento da gestão do XV Plenário. Ela iniciou sua fala refletindo sobre a trajetória da gestão, mencionando que passaram por um momento político importante de desconstrução, no qual algumas comissões foram desarticuladas, mas que o trabalho sempre foi guiado por um projeto para a psicologia, para a categoria e para a sociedade, e não por projetos pessoais. Reconheceu que ocupar tal posição de liderança implica em receber críticas, mas que aprendeu na prática e em seu espaço de reflexão pessoal a não tomar essas questões como pessoais. A Conselheira enfatizou que a psicologia paranaense não é feita apenas pelos trinta Conselheiros, mas que é preciso ampliar a atuação e o diálogo com todos os territórios do estado para fortalecer a profissão. A Conselheira avaliou como muito positivo o cenário político atual do Conselho, observando que a existência de três, quase quatro, chapas no último pleito eleitoral, em contraste com eleições menos disputadas no passado, como em 2013, representa um amadurecimento e uma ampliação da participação política da categoria, significando que mais pessoas estão interessadas em ocupar esses espaços de liderança. Anunciou que a gestão ainda realizaria uma plenária extraordinária no próximo domingo, das oito da manhã à uma da tarde, dedicada exclusivamente à análise de pareceres éticos preliminares, um esforço da equipe da COE para deixar um caminho bem construído para a gestão seguinte, especialmente na tarefa principal do Conselho. Agradeceu imensamente o trabalho de toda a equipe e pediu desculpas por quaisquer falhas que tenha cometido, reconhecendo que tanto Conselheiros quanto trabalhadores são humanos e que o aprendizado mútuo faz parte do processo. Em seguida, deu as boas-vindas à nova gestão, cuja posse ocorreria na próxima sexta-feira, desejando um excelente trabalho e que possam ampliar o que foi construído. Em um tom pessoal, a Conselheira declarou o encerramento de sua passagem como Conselheira, por estar finalizando sua segunda gestão. Expressou o desejo de talvez retornar futuramente como colaboradora, mas não mais como Conselheira, considerando aquele seu último momento nessa função. Manifestou

profunda gratidão por todo o aprendizado adquirido nas relações com colaboradores, trabalhadores e Conselheiros, inclusive nos conflitos e na diversidade. Fez um agradecimento nominal a diversos colegas Conselheiros, como Griziele, Matheo, Fabi, Eduardo, Gustavo, Júlia, Paulo Vítor, Gedeone, Rosiane, Cláudia, Nathália e Gustavo, e estendeu seu agradecimento também aos Conselheiros que se desligaram do Plenário por divergências políticas, afirmando ter aprendido muito com eles. A Conselheira Ana Lígia encerrou sua fala e passou a palavra aos representantes da nova gestão que estavam presentes, Jussara, Silvio e Marly, e verificou a presença de outros novos Conselheiros no ambiente online. Após o pronunciamento de encerramento da Conselheira Ana Lígia, o Psicólogo Silvio, representando a nova gestão, pediu licença para falar em pé e iniciou sua fala. Ele agradeceu à gestão que se despedia pelo trabalho realizado e, sobretudo, pelo carinho demonstrado, especialmente com a região de Cascavel. Fez referência às divergências políticas mencionadas anteriormente, afirmando que elas são importantes e que, ao final, o respeito prevalece e permite o aprendizado mútuo. Elogiou de forma particular a concretização da sede própria em Cascavel, um avanço significativo em relação a gestões passadas, creditando o feito à gestão atual e à equipe local, como a Psicóloga Cláudia. Refletindo sobre o compromisso político, ele citou o sentimento de "combater o bom combate e guardar a fé", aplicando-o à luta pelas convicções, um princípio que, segundo ele, guiou a gestão que sai e guiará a que entra. Em nome da nova gestão, afirmou o compromisso de assumir as responsabilidades com o mesmo desejo. Dirigindo-se diretamente aos relatórios apresentados ao longo do dia, ele acolheu os apelos pela continuidade dos projetos, assegurando que tudo aquilo que é bom e que está em andamento, a nova gestão desejará e lutará para que continue. Agradeceu a forma acolhedora como foi recebido e defendeu que o respeito mútuo, apesar das diferenças de posicionamentos e grupos, é essencial para a integridade da psicologia. Reconheceu que este é um momento de recomeço, de avaliar o que foi bom e o que não foi em experiências passadas para construir um novo caminho. Mesmo ciente de que alguns o consideram um sonhador, ele reafirmou sua postura de acreditar na possibilidade de caminharem juntos. Informou que, dos três representantes da nova gestão presentes, a Psicóloga Jussara estava impossibilitada de falar por problemas na voz, e que a Psicóloga Marly falaria brevemente. Concluiu sua fala agradecendo novamente à gestão que se encerrava, especialmente pelo trabalho em Cascavel, e por entregar "bons frutos" para que a nova gestão possa dar continuidade. Em seguida, a Psicóloga Marly Perrelli, também representante da nova gestão, tomou a palavra e refletiu sobre o ato de se apresentar como um momento de presença, ela agradeceu imensamente a todas as pessoas pelo acolhimento. Afirmou que a nova gestão está presente por um projeto coletivo e que, onde há pessoas potentes e com voz, as divergências e discussões são naturais e bem-vindas, pois o objetivo final de todo o debate é o fortalecimento da própria psicologia. Para ilustrar seu pensamento, citou uma reflexão sobre a utopia, atribuída a Eduardo Galeano, descrevendo-a como algo que, tal como o horizonte, se afasta à medida que se caminha em sua direção, e que sua finalidade não é ser alcançada, mas sim fazer com que se continue a caminhar. Dirigindo-se aos relatos das comissões apresentados ao longo do dia, ela transformou em um convite a pergunta sobre a continuidade dos trabalhos, afirmando que todos os colaboradores e Conselheiros da gestão que se encerra estão convidados a continuar, pois o Conselho é um lugar da Psicologia, aberto a todas as pessoas e ideias, e reforçou que a discussão, ainda que gere conflitos, leva ao amadurecimento. A Psicóloga compartilhou sua própria trajetória, lembrando de um tempo em que estava distante do Conselho e hoje compreende a dedicação e a importância por trás de cada publicação e de cada comissão. Em nome da nova gestão, ela reiterou o compromisso de manter as portas do Conselho abertas para o diálogo, para a construção e aprimoramento de projetos e para a criação de novas iniciativas. Declarou estar feliz por participar daquele momento e reafirmou que o espaço nunca

será fechado para ideias e sugestões. Finalizou sua fala agradecendo a todos. Com o convite da Conselheira Presidente, Ana Lígia, para que todos seguissem à inauguração da nova Sede Cascavel, às 17h00m é encerrada a reunião Plenária e, nada mais tendo a relatar, eu, Rafaela Gomes da Silva, Assistente da Gerência Técnica, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pela Cons. Psic. Pamela Cristina Salles da Silva (CRP-08/20935), que secretariou a reunião. A lista de presenças vai anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Gomes da Silva, Assistente Gerência Técnica**, em 01/10/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Pires Alves Machado Sfreddo, Usuário Externo**, em 08/10/2025, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2456323** e o código CRC **8E681221**.